

2014

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 6 - N. 06
Outubro de 2014
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Eleições brasileiras: trajetórias e perspectivas

Fábio Wanderley Reis

Cláudio Couto

Emerson Cervi

Cláudio Penteado

Fabrício de França

Denise Goya

OPINIÃO

Octaviano Moya

RESENHA

Roberto Rocha



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE
Aquilles Magide – UFPE
Arhtur Leandro – Estácio de Sá
Bruno Dallari – UFPR
Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA
Denise Paiva Ferreira – UFG
Érica Anita Baptista – UFMG
Gabriela Tarouco - UFPE
Gustavo Venturi Júnior – USP
Helcimara de Souza Telles – UFMG
Heloisa Dias Bezerra – UFG
Julian Borba – UFSC
Letícia Ruiz – Universidad de Salamanca
Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo - UFMG
Pedro Floriano Ribeiro - UFSCar
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS
Yan de Souza Carreirão – UFPR

Jornalista Responsável

Eduarda Amorim

Equipe Técnica:

André Abreu
Hanna Simões

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas – IPESPE

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política – DCP
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte
Minas Gerais – Brasil –CEP:31.270-901
+ (55) 31 3409 3823
Email: revista.emdebate@yahoo.com.br
Facebook: Grupo Opinião Pública
Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano VI, Número VI, Outubro 2014

SUMÁRIO

Editorial	5-7
Dossiê: Eleições brasileiras: trajetórias e perspectivas	
• Eleição de 2014: “País dividido” e questão social Fábio Wanderley Reis	8-16
• 2014: novas eleições críticas? Cláudio Gonçalves Couto	17-24
• Eleições casadas, votos solteiros e PT em namoro eleitoral com PSBD: uma descrição da tendência de polarização das eleições presidenciais entre 1994 e 2014 Emerson Cervi	25-46
• O debate político no Twitter nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil Cláudio Luis de Camardo Penteado, Denise Hideko Goya e Fabrício Olivetti de França	47-54
Opinião	
• <i>Las campañas del olvido</i> Octaviano Moya Delgado	55-82

Resenha

- **Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX** 83-95
Roberto Oliveira Rocha
- Colaboradores desta edição** 96-97

EDITORIAL

Eleições Brasileiras: Trajetórias e Perspectivas

O ano de 2014 viu um dos períodos eleitorais mais complexos e midiáticos que já tiveram lugar no Brasil, com uma terceira candidatura que provocou uma ruptura inicial com a tradicional polarização partidária, desenvolvimentos conjunturais inesperados (em especial o falecimento do candidato Eduardo Campos, do PSB) e um notável envolvimento por parte dos eleitores nas discussões referentes às eleições, particularmente por meio das redes sociais. Nesse contexto, a edição de outubro do Periódico Em Debate propõe uma discussão sobre vários aspectos de processos eleitorais do presente e do passado, apresentando o tema “Eleições brasileiras: trajetórias e perspectivas”.

Fábio Wanderley Reis, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta em seu artigo “Eleições de 2014: País dividido e questão social” o panorama em que se inseriu a disputa presidencial desse ano, discutindo a trajetória e a singularidade do Partido dos Trabalhadores e ressaltando a questão social e a liderança pessoal de Lula como fatores principais na composição de um novo segmento de apoio ao partido. O autor destaca as novas feições da polarização político-partidária PSDB-PT, destacando as origens do “país dividido” em nossa tradição histórica de escravismo e desigualdade social, e esboça as condições conjunturais e os desafios que deve enfrentar o novo governo de Dilma Rousseff.

Cláudio Couto, professor da Fundação Getúlio Vargas-EAESP, discute em seu artigo “2014 – novas eleições críticas?” a disputa presidencial de 2014, em sua opinião a mais acirrada da nossa história democrática e um momento crucial em que surgem oportunidades para realinhamentos partidários e eleitorais. Nesse sentido, o autor discute os desafios que se impõem ao PT e, mais especificamente, o fenômeno do surgimento de uma nova direita,

intolerante e em parte autoritária, que atualmente se vê representada como eleitorado pelo PSDB e que pode levar à elaboração de uma candidatura mais claramente direitista em futuras disputas.

Emerson Cervi, professor da Universidade Federal do Paraná, analisa em seu artigo “Eleições casadas, votos solteiros e PT em namoro eleitoral com PSDB: uma descrição da tendência de polarização das eleições presidenciais entre 1994 e 2014” o desempenho eleitoral do PT e do PSDB nas sete eleições presidenciais diretas que tiveram lugar desde o fim da ditadura militar no Brasil. Trabalhando a hipótese de uma associação entre o número de votos recebidos por cada partido e o desenvolvimento das regiões brasileiras, conforme medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M).

Cláudio Penteado, professor da Universidade Federal do ABC, Fabrício Olivetti de França, também professor da Universidade Federal do ABC, e Denise Hideko Goya, doutora em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo, abordam em seu artigo “O debate político no Twitter nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil”, os debates travados entre os usuários do Twitter durante as mais recentes eleições. O trabalho, baseado na coleta e análise preliminar de informações publicadas nessa rede social, considera as *hashtags* mais populares durante o primeiro turno para compor um perfil de comportamento eleitoral dos usuários.

Na seção Opinião, Octaviano Delgado, doutor em Ciência Política pela Universidad Autónoma Metropolitana, de Ciudad del Mexico, em seu artigo “Las campañas del olvido”, busca responder porque os cidadãos se esquecem de diversos aspectos das campanhas eleitorais após o final das eleições. O autor investiga a hipótese de esse fato ter conexão com as percepções negativas que o eleitor comum tem sobre as eleições, considerando para esse

fim dados relativos a sete campanhas eleitorais feitas no México entre 1994 e 2012.

Na seção Resenha, Roberto Oliveira, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta um breve estudo do livro “Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX”, de autoria de Bolívar Lamounier, um dos principais cientistas sociais a atuar no Brasil nas últimas décadas. Na obra, o autor busca compreender a associação entre o liberalismo e o papel político dos intelectuais, discutindo os conceitos de intelectual, liberalismo e antiliberalismo, apresentando as experiências de países como Rússia, Alemanha e Estados Unidos e, finalmente, do Brasil, onde destaca e contrapõe especificamente dois nomes: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

ELEIÇÃO DE 2014: “PAÍS DIVIDIDO” E QUESTÃO SOCIAL

Fábio Wanderley Reis

Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais

✉ fabiowr@uai.com.br

Resumo: O artigo aborda o panorama em que se inseriram as eleições de 2014, em especial a disputa presidencial, vista como desdobramento, nas feições que adquiriu, de um processo centrado no enfrentamento continuado entre PSDB e PT. Discutem-se a trajetória e a singularidade do Partido dos Trabalhadores no Brasil e a estabilidade e as novidades no apoio ao partido, em sua ligação com a questão social e a liderança pessoal de Lula. Finalmente, avaliam-se a conjuntura em que se dá a campanha e algumas prováveis consequências para o novo governo de Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Eleições 2014; PT; PSDB; Lula; Dilma

Abstract: The article discusses the landscape in which the 2014 elections are inserted, especially the presidential race, seen, in its characteristics, as a consequence of a process centered in the continuous dispute between PSDB and PT. The article focuses on the trajectory and the uniqueness of Partido dos Trabalhadores in Brazil and the stability and innovations in the support to the party, in its connection with the social question and Lula's personal leadership. Finally, we evaluate the situation in which the campaign takes place and some likely consequences for the new government of Dilma Rousseff.

Keywords: 2014 elections; PT; PSDB; Lula; Dilma

As eleições de 2014, especialmente quanto à disputa pela Presidência da República, representaram o desdobramento do processo que o país tem vivido com o enfrentamento continuado entre PSDB e PT. Ressalta, nesse processo, a singularidade do PT na história dos partidos no Brasil, combinando a imagem de um partido de compromisso social e de princípios éticos, enraizado no sindicalismo e em movimentos sociais diversos, com o simbolismo popular difuso da figura de Lula e seu potencial de penetração eleitoral. A caminhada do partido rumo à Presidência da República produziu

um aprendizado pragmático em que a imagem inicial de radicalismo político foi superada. Já a chegada ao governo ensejou fatos altamente negativos em que o principismo ético-ideológico se viu corroído, resultando em rupturas, defecções e redefinições.

Tudo isso contribuiu para alterações relevantes na feição social geral do apoio eleitoral à força representada por Lula e o PT, diminuindo a importância relativa de setores ideologizados de classe média e produzindo, nos estratos socioeconômicos mais baixos do eleitorado, grande apoio em que a referência, em vez de ser o partido como tal com seu ideário inicialmente radical e socializante, tem sido antes, de maneira análoga aos velhos traços populistas e personalistas da política brasileira, a liderança pessoal de Lula. Pesquisas recentes têm mostrado com clareza as diferenças entre o apoio ao PT, de um lado, que tem sido há tempos o partido com que, de longe, a maior proporção de eleitores se identifica (na faixa dos 25%, em confronto com ao redor de 5% para o PMDB e o PSDB, os de maior apoio entre os demais), e, de outro lado, o apoio a Lula.¹ E mesmo entre os “lulistas”, em contraste com “petistas”, cabe distinguir os “lulistas novos”, que surgem na eleição de 2006, dos “lulistas antigos”, já presentes em 2002, com os primeiros revelando menor identificação com o governo Lula e avaliação menos positiva dele do que os últimos.²

Em 2010, o lulismo, como ingrediente crucial do que alguns passaram a designar como “lulo-petismo”, conseguiu realizar a proeza de assegurar a eleição para a Presidência do “poste” Dilma Rousseff, que teria sido obviamente incapaz de se viabilizar eleitoralmente por si mesma (o que tem

¹ Veja-se David Samuels e Cesar Zucco, “Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics”, apresentado à conferência “Le Brésil de Lula: Héritage et Défis,” Universidade de Montreal, 11-12 de outubro de 2012 (http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2310761), p. 22.

² Veja-se Lúcio Rennó e Andrea Cabello, “As Bases do Lulismo: A Volta do Personalismo, Realinhamento Ideológico ou Não Alinhamento?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n° 74, outubro de 2010, p. 51.

desdobramentos negativos para expectativas mais ambiciosas quanto à própria liderança presidencial, em geral, que caberia esperar dela). Mas o reiterado enfrentamento com o PSDB ganhou naquele ano, em sentido relevante, uma face mais nitidamente partidária no que diz respeito ao PT. Dilma era, decerto, cria política direta de Lula; mas sua eleição sugeria resposta positiva à pergunta sobre se o personalismo lulista poderia vir a ganhar projeção institucional em termos partidários, mesmo que tal projeção devesse vir envolvida em condições deficientes na óptica do ideal de “partidos ideológicos” que serve de referência à frequente denúncia das precariedades dos partidos brasileiros. Uma perspectiva realista indagaria, diversamente, até que ponto a vitória de Dilma, devida inteiramente à força do lulo-petismo, não respaldaria a expectativa de eventual simplificação e consolidação de um sistema partidário real, em substituição a meras lealdades personalistas, nas circunstâncias em que vastas parcelas majoritárias do eleitorado popular do país se mostram amplamente desinformadas sobre política e alheias ao processo político-eleitoral.

Na eleição de Dilma, a resposta positiva à pergunta institucional indicada ganhava força por vir assentada num substrato de grande importância: a corroboração da nítida correlação entre o voto e a posição socioeconômica dos eleitores, com suas fortes projeções regionais, que a eleição de 2006 evidenciara de maneira inédita em eleições presidenciais. Essa correlação tem sido interpretada, em particular por André Singer, em termos de um “realinhamento” em que o lulismo representaria uma “ideologia” política peculiar, distinguida por aspirações distributivas, ou pela expectativa de ganhos propiciados pelo governo, que se combinariam com o anseio conservador pela ordem – interpretação que leva o autor a malabarismos em que o “povão” que vota em Lula, o “subproletariado”, aparece como portador de um projeto de “sumir” como tal, o qual, não sendo um projeto de

sociedade próprio da categoria, envolveria o desejo “inconsciente” de incorporação à sociedade moldada pelos interesses de outras camadas...³ Tais malabarismos evitam reconhecer desarmadamente algo mais simples: que o “povão” se orienta precariamente diante das complexidades do mundo político. A noção de “ideologia política”, com a relativa sofisticação que implica em seus portadores, contrapõe-se ao sentido de “ideologia” próprio da sociologia do conhecimento, onde se trata de difusas “mentalidades” a resultarem das condições sociais gerais de vida das pessoas, marcadas por um componente intelectualmente negativo ou deficiente e por *distorções* quanto à percepção da própria realidade social.⁴ Daí a falta de qualquer razão para se presumir que tais mentalidades se associem necessariamente com atributos positivos em termos de racionalidade, coerência, caráter progressista ou o que for: elas podem muito bem, ao contrário, ser desinformadas ou ignorantes, incoerentes, conservadoras ou reacionárias – e envolver, correspondentemente, maior ou menor instabilidade.

Isso está sem dúvida subjacente não só ao fato de que o lulismo seja diferente do PT ideológico e radical com que sonharam certas lideranças que lhe deram a conformação inicial, mas também ao fato de que difusas *imagens* e identificações, frequentemente de natureza personalista, sejam parte decisiva (ao lado da percepção de ganhos e às vezes *ao invés* dela) da explicação da atração e da fidelidade que o eleitorado popular possa vir a revelar quanto a um ou outro candidato ou partido.

De qualquer forma, 2010 mostrou Dilma, a companheira de partido que Lula apoiava e recomendava, a beneficiar-se da fidelidade a ele, em

³ Veja-se André Singer, *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 156.

⁴ Para a elaboração desses dois sentidos de ideologia, veja-se Giovanni Sartori, “Politics, Ideology and Belief Systems”, *American Political Science Review*, vol. 63, n.º. 2, junho de 1969.

circunstâncias em que se preservava o claro contraste das bases socioeconômicas do lulo-petismo e do PSDB que haviam emergido em 2006. Os dois aspectos, o apoio do lulo-petismo a Dilma e o substrato socioeconômico do voto, repetem-se em 2014, e essa repetição redundava em tornar as coisas mais dramáticas: o contraste entre as bases socioeconômicas e regionais dos candidatos envolvidos no novo enfrentamento entre PT e PSDB se torna mais nítido; além disso, articulando-se com o fato em si da possibilidade de mais uma vitória petista, produz intenso ânimo beligerante. Mas o contexto que desaguou no enfrentamento especialmente belicoso dos dois partidos se deve também à irrupção de outros fatos importantes.

Cabe destacar inicialmente as manifestações de junho de 2013. Elas foram sem dúvida objeto de avaliações equivocadas, em que se exageraram seu significado e importância e se deixou de apontar (descontada a movimentação deflagrada inicialmente pelo Movimento Passe Livre e suas reivindicações), a confusão quanto aos objetivos visados, a ingênua e negativa disposição antipolítica, antipartidária e antiinstitucional e, na verdade, o caráter fútil de mera imitação de eventos análogos ocorridos um pouco antes ou simultaneamente pelo mundo afora – imitação produzida, em boa medida, pela simples novidade da disponibilidade dos eficazes instrumentos de mobilização representados por redes sociais e telefones celulares. Mas, erigidas as manifestações em extraordinários eventos democráticos e exibidas dias a fio sob luz positiva pela televisão, seu ânimo antipolítico teve algumas consequências de imediata relevância para a eleição de 2014: além da introdução vigorosa do tema da “insatisfação” e do desejo de “mudança” por parte da população brasileira (cuja existência dados pertinentes de mais de um tipo permitem questionar),⁵ tivemos as pesquisas revelando prontamente o

⁵ Veja-se Fábio W. Reis, “O Outono Quente e as Estações que Seguem”, *Interesse Nacional*, ano 6, n.º. 23, outubro-dezembro de 2013 (<http://interessenacional.com>).

crescimento significativo do apoio a Marina Silva, beneficiada pela imagem convergente com o antipoliticismo que já trazia de 2010, e, em contraste, a enorme queda do apoio a Dilma. De passagem, note-se que essa estranha e estrepitosa queda, pela instabilidade que evidencia, contribui para falsear a visão do apoio à presidente como sendo de natureza “ideológica” em qualquer sentido um pouco mais exigente da expressão.

O papel de Marina na eleição de 2014 foi, naturalmente, de grande importância, além de ajustar-se às deficiências que aqui se apontam na relação do eleitorado popular com a política. A figura política de Marina é complexa: evangélica, ambientalista, de saúde precária, imagem de integridade e mesmo de “santidade”, combinada com a condenação à “velha política”, e reproduzindo o perfil do próprio Lula em suas origens modestas e trajetória de vida, ela certamente atraiu tipos diversos de eleitores – o que incluiu a penetração de alguma intensidade nas camadas mais pobres, que as pesquisas eleitorais revelaram e que a situava em posição intermediária quanto ao contraste nas bases socioeconômicas do PSDB e do lulo-petismo. Além disso, sua emergência como candidata propriamente à Presidência da República se deu nas especialíssimas condições criadas pela morte súbita de Eduardo Campos e a comoção produzida, que resultaram na elevação instantânea dos índices de apoio eleitoral com que já contava. A impressão de que estava destinada a vencer a eleição lhe possibilitou ainda o apoio adicional de eleitores cuja motivação básica era o ânimo anti-PT ou anti-Lula. Mas a campanha e a necessidade de envolver-se em aspectos menos edificantes do jogo político real revelaram rapidamente as inconsistências de sua imagem complexa, comprometendo o apoio que de início pareceu avassalador. E o processo em que isso se deu, envolvendo o desgaste gradual na luta com Aécio Neves para ir ao segundo turno, resultou em trazer à candidatura de Aécio um impulso com que provavelmente não teria contado em outras

circunstâncias. Donde o desdobramento de que a renhida disputa do segundo turno entre Aécio e Dilma e a vitória apertada da Presidente viessem acirrar a frustração da derrota para os apoiadores de Aécio e do PSDB (que chegaram a festejar a vitória) e, em geral, os efeitos sócio-psicológicos da polarização belicosa.

Esse desfecho da eleição de 2014 traz, sem dúvida, uma feição nova ao prolongado enfrentamento entre PSDB e Lula/PT. Em princípio, ao contrário de “denúncias” feitas por Marina Silva com base em aposta claramente idealista incluída entre as inconsistências de sua “nova política”, a polarização do processo eleitoral entre os dois partidos não tem por que ser vista como algo negativo. Ela pode representar antes uma razão para a expectativa de eventual superação das condições que têm caracterizado o nosso “presidencialismo de coalizão”, na designação de Sérgio Abranches, em que a excessiva fragmentação partidária e a multiplicação dos partidos nanicos e das “legendas de aluguel” tornam o presidente da República, qualquer que seja o seu partido, refém da necessidade de envolver-se permanentemente em barganhas menores e “pragmáticas” se quiser desfrutar de condições de governança efetiva e da possibilidade de executar políticas públicas de maior alcance –, barganhas estas que raramente são suficientes para garantir compromissos estáveis e que, pela natureza do jogo, com frequência colocam o governo diante de chantagens renovadas.⁶

É claro, a polarização político-partidária pode, em determinadas circunstâncias, tornar-se negativa e “disfuncional”, como mostra, em especial, a dinâmica política dos Estados Unidos em tempos recentes. Mas o

⁶ Na verdade, a fragmentação partidária, como tal, é somente um aspecto do quadro que assim se estabelece. O PMDB é, naturalmente, o grande exemplo de partido grande e eleitoralmente vigoroso a atuar com protagonismo num jogo de pragmatismos e barganhas, que levou mesmo a que o rótulo de “peemedebismo”, em vez de “presidencialismo de coalizão”, chegasse a ser proposto como designação supostamente mais apropriada para caracterizar o processo político brasileiro das últimas décadas. Veja-se Marcos Nobre, *Imobilismo em Movimento*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

fundamento da expectativa favorável em nosso caso não é senão reforçado pela nítida e insistente correlação do voto com a posição socioeconômica dos eleitores que emergiu nas disputas presidenciais e em que certas análises quiseram ver a emergência de um “país dividido”. Na verdade, a grande divisão não é de hoje, e a novidade é que, substituindo-se ao secular amorfismo da vida política brasileira herdado de nossa tradição de escravismo e da desigualdade social resultante, a correlação mencionada redundava em trazer, com singular nitidez, a “questão social” para o cerne da disputa político-eleitoral.

Algumas consequências importantes derivam. Assim, mesmo perdurando a atuação de mecanismos personalistas e populistas, fatais na simples operação da democracia nas condições de desigualdade que persistem, essa novidade permite contrapor em termos positivos um populismo de traços e consequências igualmente novas ao componente fraudulento dos mecanismos clientelistas e populistas de sempre. De forma correlata, a intensa penetração da política eleitoral pela “questão social” produz como efeito algo que certa literatura estadunidense andou chamando “a política do ‘eu também’”, em que mesmo os oponentes de determinado programa ou conjunto de políticas, dada a força eleitoral que adquire, não podem senão aderir a ele, ainda que procurem diferenciar sua posição por um ou outro traço especial: lembre-se Aécio Neves a propor a transformação do Bolsa Família em política de Estado, ou Marina Silva a propor acrescentar-lhe um “13º. salário”... A prioridade que a política social nunca chegou a ter, tudo indica, está agora aí para ficar.

Mas a conjuntura é certamente de nuvens pesadas. As dificuldades econômicas, seja como for que se devam combinar, em sua avaliação correta, os erros da política econômica sob Dilma Rousseff e os problemas da economia mundial; as proporções assumidas pelas revelações das

investigações da Polícia Federal sobre corrupção na Petrobrás, ameaçando transbordar em abalo maior do que o da grande crise do “mensalão” de anos atrás, não obstante o que tem de razoável a pergunta sobre o que há mesmo de novo na feiura agora desvendada;⁷ o singular desassossego produzido pela articulação de tais problemas com as condições de psicologia coletiva intensamente negativas criadas pela própria eleição e extremadas até em apelos golpistas; a escassez ou mesmo ausência, nesse quadro preocupante, de lideranças que se destaquem por sagacidade e equilíbrio... Esperemos que a institucionalização da democracia brasileira que pudemos alcançar ao longo das três últimas décadas seja suficiente para que o país ultrapasse a turbulência imediata a um custo aceitável. E talvez para permitir as reformas políticas que respaldem a promessa contida nos avanços realizados.

Referências

- SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics. In: LE BRÉSIL DE LULA: HÉRITAGE ET DÉFIS. Montreal: Universidade de Montreal, 11-12 de outubro de 2012 Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2310761>, p. 22, 2012.
- RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As Bases do Lulismo: A Volta do Personalismo, Realinhamento Ideológico ou Não Alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, out. de 2010, p. 51.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 156.
- SARTORI, Giovanni. Politics, Ideology and Belief Systems. *American Political Science Review*, v. 63, n. 2, jun. de 1969.
- REIS, Fábio W. O Outono Quente e as Estações que Seguem. *Interesse Nacional*, ano 6, n. 23, outubro-dezembro de 2013 Disponível em: <<http://interessenacional.com>>
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SEMLER, Ricardo. Nunca se Roubou Tão Pouco. *Folha de S.Paulo*, 21/11/2014, p. 3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/196552-nunca-se-roubou-tao-pouco.shtml>>

⁷ Veja-se, em especial, Ricardo Semler, “Nunca se Roubou Tão Pouco”, *Folha de S.Paulo*, 21/11/2014, p. 3.

2014 - NOVAS ELEIÇÕES CRÍTICAS?

Cláudio Gonçalves Couto

Professor Adjunto da Fundação Getúlio Vargas – SP

✉ claudio.couto@uol.com.br

Resumo: *As disputas de 2014 parecem sugerir que estamos diante de uma nova eleição crítica, em que se criam as oportunidades para certos realinhamentos partidários e eleitorais. Estamos diante de um cenário desafiador para o PT, que precisa recompor-se com os setores médios em expansão para manter-se competitivo nas próximas disputas. Há também o fenômeno novo do surgimento de uma nova direita, em parte autoritária, hoje abrigada eleitoralmente pelo PSDB nas eleições nacionais.*

Palavras-chave: *Eleição presidencial; mudança social; direita-esquerda; eleição crítica; partidos políticos*

Resumo: *As disputas de 2014 parecem sugerir que estamos diante de uma nova eleição crítica, em que se criam as oportunidades para certos realinhamentos partidários e eleitorais. Estamos diante de um cenário desafiador para o PT, que precisa recompor-se com os setores médios em expansão para manter-se competitivo nas próximas disputas. Há também o fenômeno novo do surgimento de uma nova direita, em parte autoritária, hoje abrigada eleitoralmente pelo PSDB nas eleições nacionais.*

Palavras-chave: *Eleição presidencial; mudança social; direita-esquerda; eleição crítica; partidos políticos*

Embora mal tenham se fechado as urnas de 2014, decerto podemos dar por garantido que se incorporará ao folclore do anedotário político brasileiro o fato de neste ano ter ocorrido a mais acirrada disputa presidencial de nossa história democrática. Como todo fato anedótico, contudo, este também cria o risco de tomarmos o sintoma pela causa, considerando mais o inusitado dos números do que os fatores políticos que lhe produziram.

As eleições presidenciais de 2014 ocorreram num cenário político em transformação e é impossível entendê-las satisfatoriamente sem considerar o terremoto sociopolítico que foram as manifestações deflagradas em junho de

2013. Como todo terremoto, porém, este não pode ser compreendido pelo balanço da superfície, mas pela movimentação das camadas subjacentes – sua causa real. E profundas movimentações ocorreram nas fundações da sociedade brasileira nos últimos 25 ou 30 anos, em boa medida graças à atuação do Estado nesse período.

O ocaso do regime militar e, finalmente, sua substituição por um governo civil, representaram a concretização de uma demanda fundamental da sociedade brasileira – a democratização do país. Insuportáveis para uma sociedade que eles próprios ajudaram a modernizar desde 1964 – como bem aponta Wanderley Guilherme dos Santos (1985) – os militares cederam aos civis o poder nacional. A sociedade brasileira que emergiu dos anos 70 já não mais cabia dentro dos estreitos limites do regime burocrático-autoritário instituído na década de 60. Decerto a sociedade civil não produziu sozinha essa transição, contando para isso com o prestimoso auxílio de um sistema político que precariamente se renovava e já era capaz de por em movimento a transformação.

Esta culminou na Assembleia Nacional Constituinte, que deu vazão a um segundo passo fundamental nesse processo de transformação modernizadora, definida por Samuel Pessôa (2014) como o “contrato social da redemocratização. Trata-se da decisão que a sociedade brasileira tomou em 1988, e que foi materializada no texto constitucional, de construir um Estado de Bem-Estar Social padrão europeu continental”. Essa mudança, para além dos custos fiscais, que são a preocupação maior de Pessôa, lançou as bases de novas condições de cidadania, marcadas pela universalização do direito a certos serviços (como saúde e educação) e pela percepção de que tais direitos eram conquistas adquiridas em definitivo, sem possibilidade de reversão.

A paulatina estruturação das políticas públicas que efetivaram as diretrizes da Constituição, principalmente por meio da consolidação do Sistema Único de Saúde (o SUS) e das políticas educacionais (com a inclusão quase que total das crianças nas primeiras faixas do ensino fundamental) fizeram com que se modificasse progressivamente a percepção dos cidadãos acerca de seus direitos. O acesso aos serviços já era tido como um dado da realidade, apesar da insatisfação com respeito à sua qualidade.

Seguiu-se a essa mudança a demanda por estabilidade econômica, motivada principalmente pelas altas taxas de inflação herdadas do regime militar e agravadas nos primeiros governos democráticos. Não casualmente o combate à inflação tornou-se a questão crítica de quatro ciclos eleitorais: as eleições estaduais e congressuais de 1986 (afetadas decisivamente pelo sucesso efêmero do Plano Cruzado), a presidencial de 1989 (quando Collor afirmava que tinha uma só bala na arma, para matar o “tigre inflacionário”), a quase geral de 1994 (quando Fernando Henrique Cardoso se elegeu na esteira do sucesso bem mais consistente do Plano Real) e a nova eleição quase geral de 1998 (quando FHC foi reeleito na expectativa de preservar os ganhos do Real).

Assegurada a estabilidade econômica pelo Plano Real e lançadas as bases de uma modernização liberal do Estado Brasileiro durante os dois mandatos de FHC, abriu-se espaço para uma nova onda de demandas, orientadas para a redução da pobreza e das desigualdades. É na resposta a essas novas expectativas que tornou-se finalmente possível a vitória de Lula e do PT na disputa presidencial de 2002, após três derrotas.

Sobre as bases anteriores, o governo petista promoveu o avanço dessa nova agenda. Verificou-se uma queda substancial da pobreza e, embora não tão profunda, uma redução significativa da desigualdade – medida pelo

coeficiente de Gini. Um símbolo dessa mudança e, mais do que um símbolo, um fator demográfica e politicamente relevante, foi a expansão da chamada “classe C”, aqueles situados entre os pobres e a classe média estabelecida. Segundo dados de Neri (2011), ela saltou de 65,9 milhões de pessoas em 2003 para 105,5 milhões em 2011; ou seja, de uma parcela de 37,56% da população para 55,05% (um crescimento de 46,57%) – constituindo, assim, seu estrato majoritário. Nesse mesmo período, a classe média estabelecida e as classes altas (A/B) cresceram até mais em termos relativos: 54,71%, passando de 7,6% para 11,76% da população.

Essa profunda transformação de nossa estrutura de estratificação social (associada a outros fatores) promoveu reviravoltas significativas no mapa eleitoral do país (Hunter & Power, 2007; Singer, 2012). O voto petista nas eleições presidenciais, até 2002 mais concentrado nas camadas médias e no centro-sul do país, migrou já em 2006 para o Norte-Nordeste e para os mais pobres – predominantes nessas regiões. O sucesso das políticas sociais de redistribuição de renda e incentivo ao consumo de massas fez-se sentir de forma clara junto aos segmentos emergentes, ampla maioria da população brasileira e, logo, do eleitorado.

Contudo, se cativava os mais pobres, os governos presidenciais petistas viram erodir seu prestígio junto aos setores médios – mais estridentes e capazes de vocalizar, pelos diversos meios de comunicação, sua inconformidade. Dentre os fatores que contribuíram para a perda de apoio do PT junto aos setores médios nas disputas presidenciais figuram com destaque os seguidos escândalos de corrupção que acometeram os governos nacionais do partido – evidentemente, exponenciados por uma mídia que não lhe é nada simpática.

O desgaste foi pouco sentido nas eleições de 2010, quando um Lula triunfante, numa grande onda de popularidade escorada no bom desempenho da economia, elegeu sem grandes percalços sua pupila, Dilma Rousseff. Mesmo nos pleitos municipais de 2012, ocorridos em meio ao julgamento do Mensalão, os efeitos negativos sobre o PT foram poucos: o partido cresceu pela terceira disputa municipal seguida e tornou-se a terceira força em número de prefeitos e vereadores.

Dilma, contudo, não demonstrou a mesma ventura do antecessor e mentor. Desprovida de seu carisma e habilidade política, aferrada a certezas doutrinárias, autoritária no trato com os subordinados, centralizadora e apegada a detalhes do *micromanagement*, liderou um governo sem brilho. Após um flerte inicial com a classe média que com ela se identificava, experimentou as dificuldades dos escândalos de seu próprio governo, as muitas substituições de ministros e o declínio do nível de atividade econômica; patinou nas relações do Congresso e, quanto mais o mandato se aproximava do final, mais infidelidade colhia junto a sua base e mais necessitava dos votos de oposicionistas.

A elevada popularidade que lhe bafejou durante os dois primeiros anos de gestão se esvaiu num átimo, tão logo as manifestações de junho de 2013 ganharam corpo e tomaram as ruas. Mais do que a causa, as jornadas juninas (que se estenderam por outros meses) expressavam o esgotamento de mais um ciclo – desta vez, aparentemente, mais largo. A longa melhora do país iniciada na redemocratização (e aqui brevemente descrita) parece ter chegado a um ponto de inflexão. O progresso, por vezes, gera um paradoxo: eleva as expectativas sociais para um patamar que o próprio progresso não é capaz de satisfazer. Assim, o estancamento da melhora do país produziu uma

frustração diretamente proporcional à elevação dos anseios que a melhora anterior suscitara.

As eleições, assim, tornaram-se bem mais difíceis do que se poderia prever cerca de um ano e meio antes de sua realização – isto é, antes de junho de 2013. Sobretudo no Centro-Sul do país, o PT sofreu um desgaste significativo, refletido na acachapante derrota em São Paulo e no Sul, bem como na redução de sua bancada na Câmara dos Deputados e no número de deputados estaduais. O desgaste é fator inegável, mesmo junto a setores mais progressistas, o que ajuda a compreender o novo desempenho alentado de Marina Silva e o apoio de segmentos da esquerda à candidatura de Aécio Neves no segundo turno.

Os emergentes da “classe C”, supostamente grandes beneficiários das políticas dos anos Lula, são bem menos propensos a apoiar o governo petista do que os das classes D/E, pois enxergam em seus próprios méritos a causa de sua ascensão. Se tem razão Marcus André Mello (2014) em sua tese sobre o “qualunquismo”, o PT precisará buscar uma reconciliação com os setores médios, pois o próprio sucesso de suas políticas de inclusão, na medida em que ampliam esses segmentos, tende a reduzir sua base eleitoral cativa, localizada nas camadas mais pobres, normalmente governistas.

Por fim, o cenário pós-eleitoral revelou que o acirramento da disputa, que já era perceptível em certos setores da mídia e no ambiente virtual das redes sociais, seria capaz também de ganhar as ruas. A derrota apertada da candidatura oposicionista tornou explícito o (res)surgimento de uma direita extremada e autoritária, fenômeno que já havia aparecido embrionariamente em 2010 (num movimento ironicamente autoproclamado como de “defesa da democracia”), mas que desta feita foi mais longe em seus reclamos,

reivindicando o *impeachment* da presidente recém-eleita e até mesmo a intervenção militar.

As manifestações de junho de 2013 também propiciaram uma oportunidade inicial para esse ressurgimento, quando foram às ruas setores direitistas que se mobilizam pelas redes sociais e pedem o fim dos partidos ou, na realidade, de certos partidos – os de esquerda e o PT, em especial. Deram acabamento final a algo que vem há bastante tempo sendo sugerido de forma menos explícita por certos publicistas ultraconservadores, sobretudo em seus blogs e intervenções avulsas na grande imprensa. Eles têm constituído um mercado de ideias radicais de direita que tem se mostrado bastante prolífico.

O antipetismo é o caldo de cultura circunstancial dessa direita intolerante. Em parte ele pode ser explicado por um ressentimento estamental e de classe: a perda da distinção social propiciada pelas políticas de equalização social e econômica implantadas pelos governos do PT. Em parte ela decorre da insatisfação de segmentos dos setores médios com a corrupção e o desempenho econômico medíocre dos últimos anos. Esses diferentes elementos não são distribuídos uniformemente nos setores médios, mas encontram nele o ambiente mais favorável à sua difusão ou mesmo mescla. Em algumas situações não é difícil notar o discurso sobre a corrupção como um subterfúgio honroso para o ressentimento estamental e de classe.

Nos últimos anos o PSDB a acalentou esses segmentos por interesse eleitoral. Diante da radicalização autoritária pós-eleitoral, que foram além do que preconizavam as lideranças tucanas, algumas delas sentiram a necessidade de desvincularem-se desses setores. Outros não tiveram tanto cuidado. O fato é que há hoje uma juventude tucana que é bem mais conservadora que os fundadores do partido e parece não ter tantos pruridos com esse tipo de aproximação.

Não será uma surpresa se até a próxima disputa presidencial tivermos o surgimento de uma candidatura claramente direitista, capaz de amear de forma mais nítida e estruturada esse eleitorado.

Referências

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, 2007, v. 49, n.1, p. 1-30.

NERI, Marcelo Cortes. *Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.

MELO, Marcus André. Lulismo ou 'qualunquismo'. *Valor Econômico*, 15/01/2014. Disponível em <<http://www.valor.com.br/politica/3395814/lulismo-ou-qualunquismo>>. Acessado em 27/11/2014.

PESSÔA, Samuel. Duas agendas na política econômica. *Folha de S. Paulo*, 21/09.2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/09/1519388-duas-agendas-na-politica-economica.shtml>>. Acessado em 27/11/2014.

SANTOS, Wanderley G. dos. A pós-revolução brasileira. In: Jaguaribe, Hélio (org.). *Brasil sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SINGER, André. *Os Sentidos do lulismo - reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE 1994 E 2014

Emerson Urizzi Cervi

Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná

✉ ecervi7@gmail.com

Resumo: O artigo discute o desempenho eleitoral do PT e PSDB nas sete eleições presidenciais diretas desde o fim da ditadura militar no Brasil (1989-2014). Os dois partidos concentraram pelo menos 2/3 de votos para presidente em todas as disputas, caracterizando o sistema como bipartidário. Na segunda parte do texto são analisadas as associações entre os desempenhos eleitorais do PT e PSDB e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) por Unidade da Federação (UF). A hipótese é que a votação posterior ao governo de um dos partidos apresente alguma associação com o desenvolvimento das regiões brasileiras. Os achados indicam uma tendência leve de desconcentração de votos no PT e PSDB a partir de 2010 e uma maior associação entre crescimento de IDH-M nas UFs e votação no candidato do PT desde 2006.

Palavras-chave: Eleições presidenciais; Brasil; PT; PSDB; 1989 a 2014.

Abstract: The present article discusses the electoral performance of PT and PSDB in the seven direct elections that have taken place since the end of the military dictatorship in Brazil (1989-2014). The two parties concentrated at least 2/3 of the votes for president in all disputes, characterizing the system as bipartisan. The second part of the article analyzes the associations between the electoral performances of PT and PSDB and the Human Development Index (HDI) per Federated Unit (UF). The hypothesis is that votes after the government of one of the parties may present an association with the development of the Brazilian regions. The results show a light tendency to the concentration of votes for PT and PSDB starting from 2010 and a greater association between the growth of HDI and a greater association between the growth of IDH-M in the federated units and votes for the PT candidate since 2006.

Keywords: Presidential elections; Brazil; PT; PSDB; 1989 to 2014.

Introdução

Em suas aulas sobre comportamento eleitoral, o professor Marcus Figueiredo (*in memoriam*) sempre lembrava que no Brasil as eleições são casadas, mas os votos são solteiros, referindo-se às diferenças de desempenho dos partidos entre os cargos em disputa. Olhando a série da história dos votos para presidente da república nos últimos 20 anos, eu completo: as eleições são casadas, os votos são solteiros, mas PT e PSDB estão namorando. O objetivo do texto é discutir a tendência de polarização entre PT e PSDB entre 1994 e 2014, o que tem transformado, na prática, um sistema multipartidário em um bipartidarismo fraco para a Presidência da República. É fraco porque não se verifica a mesma tendência nos resultados para a Câmara dos Deputados - onde continuamos tendo uma grande fragmentação partidária.

Pretendemos demonstrar que nos últimos 20 anos pode-se identificar claramente um predomínio dos dois partidos em eleições nacionais, porém, com dois períodos distintos. Até 2006 há crescimento da densidade eleitoral de ambos, para, a partir de então, eles começarem a perder força no que diz respeito aos votos obtidos para presidente da república. O mais importante é que os dois partidos apresentam as mesmas tendências nos dois períodos. Para tanto usamos os resultados eleitorais para presidente da república entre 1989 e 2014. Nossas questões de pesquisa são complementares: parte da pergunta sobre como se dá o desempenho do PT e PSDB nas eleições presidenciais frente aos outros partidos? E o que pode explicar o desempenho eleitoral de um em relação ao outro no período analisado? Nossa hipótese é que as estruturas partidárias contribuem para a polarização entre as duas siglas frente às demais e que os resultados das políticas públicas dos governos PSDB e PT explicam o desempenho dos candidatos deles nas eleições.

Um segundo objetivo, relativo especificamente à disputa de 2014, é demonstrar como houve uma manutenção do padrão histórico na última eleição em relação às anteriores, sem nenhuma mudança significativa, seja entre os dois partidos grandes, seja em relação às demais forças eleitorais do País. Se considerarmos os acontecimentos conjunturais da campanha de 2014, com a morte de Eduardo Campos (PSB) no início da campanha, a fulminante ascensão e queda nas preferências eleitorais de Marina Silva (PSB), as manutenções dos padrões de votação do PT e do PSDB ficam ainda mais representativas do processo de consolidação desse bipartidarismo na prática para a Presidência da República.

Após demonstrar que PT e PSDB têm polarizado as disputas do Executivo Nacional, o estudo parte para uma segunda questão: o que, além dos fatores de curto prazo das campanhas eleitorais, pode explicar quem termina em primeiro e quem fica em segundo entre os dois partidos? Apresentamos como uma possível resposta para tal pergunta os efeitos das políticas públicas dos governos PSDB e PT para explicar o desempenho de seus candidatos. Para tanto, comparamos os resultados eleitorais dos dois partidos por Unidade da Federação (UF) em função da diferença do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre 2000 e 2010. Considerando que o PSDB governou entre 1995 e 2002 e o PT de 2003 para frente, é possível identificar os efeitos da mudança de governo para as votações presidenciais em função da diferença de IDH no período em que cada partido governou.

1. As eleições presidenciais entre 1994 e 2014 no Brasil

Desde que Duverger (1970) e Michels (1982) demonstraram a relação direta entre o sistema eleitoral de um país e o número de partidos relevantes na arena política, cientistas políticos têm assumido que em sistemas majoritários há tendência de bipartidarização e sistemas proporcionais

mantém um número efetivo de partidos maior (RIKER, 1999; NEAL, 1999; CALANDER, 2005). Essas teses foram atualizadas por Panebianco (2005), quando tratou da organização dos partidos frente às regras do sistema político e considerando as metas estabelecidas pelas lideranças partidárias. No Brasil, o sistema eleitoral é misto, mas, desde o início da república, as eleições presidenciais são definidas pelo voto majoritário. Embora em curtos períodos também tenhamos tido voto majoritário nas eleições parlamentares, a maior parte da nossa república manteve a eleição proporcional para os parlamentos nos diferentes níveis de representação (NICOLAU, 2002). O resultado prático desse sistema eleitoral misto com eleições no mesmo dia para diferentes cargos é um deslocamento dos votos para presidente em relação aos votos para os demais cargos, em especial os legislativos (TAFNER, 1996). Some a isso o fato de o eleitor poder votar em candidatos de diferentes partidos e, por outro lado, vários partidos poderem se coligar nas eleições proporcionais em torno de um único candidato à disputa majoritária. O resultado é o casamento da data da votação para diferentes cargos e a separação entre os processos decisórios para a decisão de voto do eleitor.

Na prática temos tido uma separação cada vez maior do desempenho dos partidos para a Presidência da República quando comparado ao desempenho para Câmara dos Deputados. A fragmentação esperada como resultado de uma disputa proporcional para deputados federais não se verifica na eleição majoritária para presidente da república, como previam os teóricos que descreveram os efeitos dos diferentes modelos eleitorais. A tabela 1 a seguir mostra os coeficientes de Número Efetivo de Partidos (Nep)¹ para as votações de deputado federal e presidente da república ao longo do tempo, no

¹ O coeficiente Nep que mede fragmentação de votos ou de cadeiras no parlamento foi proposto por Laakso e Taagepera (1979) e é calculado a partir da seguinte fórmula (onde “pe” é a proporção de votos ou cadeiras

obtidas por partido na eleição) = $\frac{1}{\sum pe^2}$

período em que PSDB e PT venceram as eleições presidenciais (1994 a 2014). O Nep para a Câmara dos Deputados foi calculado a partir do número de cadeiras obtidas pelos partidos em cada eleição, e o Nep das disputas para Presidência de República é a partir das votações obtidas pelos partidos que disputaram cada pleito. Percebe-se, no caso da Câmara dos Deputados (votação proporcional) um crescimento constante ao longo do tempo do Nep, passando de um coeficiente de 8,14 em 1994 para 13,21 na eleição mais recente, o que significa um crescimento da fragmentação partidária na Câmara dos Deputados. Já para a Presidência da República a fragmentação das votações tem apresentado oscilações ao longo do tempo, sem uma tendência definida. Foi de 2,14 em 1994, subiu até 3,16 em 2002 para em seguida voltar a cair para 2,41 na eleição seguinte. A partir de 2006 o Nep para votações à Presidência da República tem crescido, chegando a 3,01 – mesmo nível de 1994.

Tab. 1 – Número Efetivo de Partidos para Câmara dos Deputados e Presidência do Brasil entre 1994 e 2014

Nep	Câmara dos Deputados	Presidência da República
1994	8,14	2,14
1998	7,13	2,53
2002	8,47	3,16
2006	9,29	2,41
2010	10,43	2,74
2014	13,21	3,01

Fonte: Autor a partir de dados do TSE

Além da diferença no desempenho dos partidos entre eleições majoritárias e proporcionais nacionais, a especificidade do caso brasileiro é que apenas dois partidos têm conseguido concentrar a maioria de votos para presidente desde 1994. O PT e o PSDB têm conseguido, juntos, somar pelo

menos dois em cada três votos para presidente no período analisado. Por isso, a partir de agora a análise se centrará no desempenho eleitoral dos dois partidos nas disputas para Presidência da República. A tabela 2 mostra os percentuais de votos no 1º e 2º turnos desde a retomada das eleições diretas para presidente, em 1989, para o PT, PSDB e para a somatória dos outros partidos. A coluna da direita da tabela mostra a somatória dos percentuais de votos do PT e PSDB em cada um dos pleitos.

O ano de 1989 foi o único do período vencido por candidato de outro partido, Fernando Collor de Mello (PRN), embora já naquele ano o PT tenha conseguido chegar ao segundo turno. Naquele ano o PT com Lula como candidato fez 17% no primeiro turno e 47,5% no segundo turno. O PSDB, com apenas um ano de existência, pois havia sido oficializado em 1988, lançou Mário Covas como candidato e obteve 11% dos votos válidos no primeiro turno. Juntos, PT e PSDB fizeram 28% dos votos válidos no primeiro turno.

A partir de 1994 os dois partidos passam a predominar eleitoralmente. Nesse ano, o PSDB elege no primeiro turno Fernando Henrique Cardoso com 54,28% de votos, enquanto o PT – novamente com Lula – fica em segundo lugar, com 27,04%. A somatória de todos os demais candidatos fica abaixo do segundo colocado (18,68%). Juntos, PT e PSDB fazem 81,32% dos votos válidos em 1994. Esse quadro praticamente se repete em 1998, com os mesmos nomes dos dois partidos: Fernando Henrique Cardoso é reeleito pelo PSDB com 53,06% de votos e Lula, do PT, fica em segundo com 31,71%. Nesse ano a concentração de votos nos dois partidos sobe para 84,77%, enquanto os demais partidos juntos caem para 15,23%.

Em 2002 acontece o fim do ciclo dos governos do PSDB, sendo substituído pelo PT. O primeiro turno desse ano foi o que apresentou a maior distribuição de votos no período analisado, com PT e PSDB somando “apenas” 69,63% de votos válidos. Os demais partidos praticamente

dobraram o peso eleitoral em relação à eleição anterior, ficando em 30,37% do total. No segundo turno, o PT, com Lula, venceu com 61,27% de votos válidos o PSDB de José Serra (38,73%). Em 2006, na reeleição de Lula, o predomínio de PT e PSDB cresceu, com redução para apenas 9,75% de votos válidos a candidatos de outros partidos no primeiro turno. O candidato à reeleição pelo PT ficou com 48,61%, enquanto Geraldo Alckmin, do PSDB, somou 41,63%, totalizando, juntos 90,25% dos votos válidos – a maior concentração de votos nos dois partidos do período analisado.

Em 2010 há um ponto de inflexão e tem início um novo ciclo de desconcentração de votos no PSDB e PT, embora os dois partidos continuem com três em cada quatro votos para presidente. A candidata Dilma Rousseff (PT) vence a eleição no primeiro turno com 46,91% de votos, contra 32,61% de José Serra (PSDB), ambos somando 79,52% do total. Embora os demais candidatos tenham feito apenas 20,48% dos votos válidos, isso significa mais que o dobro da participação percentual da eleição anterior. No segundo turno o PT fez 56,05%, contra 43,95% do PSDB. Agora, em 2014, há praticamente uma reprodução dos desempenhos notados em 2010. A candidata à reeleição pelo PT ficou com 41,58% dos votos válidos no primeiro turno, contra 33,57% de Aécio Neves (PSDB). Juntos eles fizeram 75,15% dos votos válidos do primeiro turno, cerca de 4 pontos percentuais abaixo do desempenho do ano anterior. Os demais candidatos somaram 24,85% dos válidos no primeiro turno. A disputa de segundo turno indicou uma queda do PT em relação ao ano anterior. Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com 51,58%, contra 48,42% obtidos pelo PSDB.

EMERSON URIZZI CERVI
ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA
DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE
1994 E 2014

Tab. 2 – Desempenho do PT e PSDB para Presidência da República entre 1989 e 2014

Ano	Turno	PT	PSDB	OUTROS	PT+PSDB
1989	1º	17,00	11,00	72,00	28,00
	2º	47,50		52,50	47,50
1994	1º	27,04	54,28	18,68	81,32
1998	1º	31,71	53,06	15,23	84,77
2002	1º	46,44	23,19	30,37	69,63
	2º	61,27	38,73		100
2006	1º	48,61	41,64	9,75	90,25
	2º	60,83	39,17		100
2010	1º	46,91	32,61	20,48	79,52
	2º	56,05	43,95		100
2014	1º	41,58	33,57	24,85	75,15
	2º	51,58	48,42		100

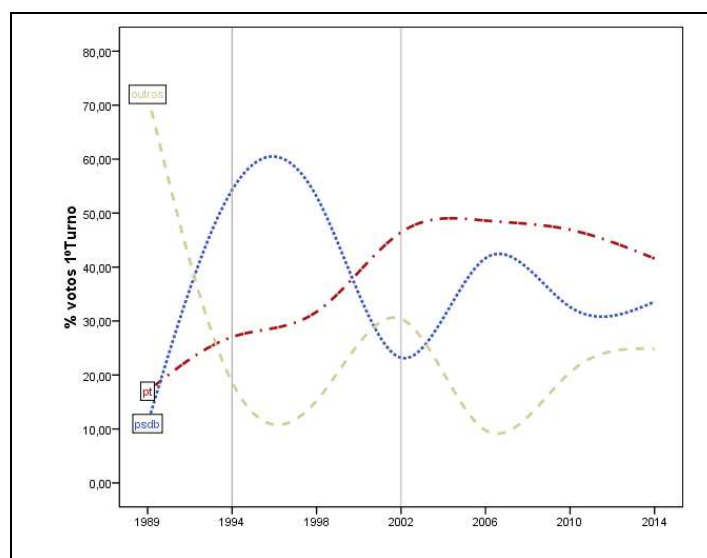
Fonte: Autor a partir de dados do TSE

Em resumo, nas sete eleições realizadas após a ditadura militar, PT e PSDB apresentaram participações crescentes no total de votos para presidente entre 1989 e 2006, quando os dois somaram mais de 90% dos votos para presidente no primeiro turno. Além disso, desde 1994 são os dois primeiros colocados em todas as disputas. Em 1989 o PSDB ficou em quarto lugar no primeiro turno, mas o PT chegou ao segundo turno. Desde então, o espaço de centro-direita, ocupado por Collor de Mello em 1989, passou para o PSDB e os votos de centro-esquerda cada vez mais concentrados nos candidatos do PT. Nas duas últimas eleições, em 2010 e 2014 percebe-se uma retração na concentração de votos nos dois partidos, com um crescimento gradual dos percentuais de votos em candidatos de outras siglas. Ainda assim, em 2014 o

PT e PSDB foram responsáveis, juntos, por três em cada quatro votos para presidente no primeiro turno.

O gráfico 1 a seguir mostra o desempenho dos partidos separadamente ao longo das sete eleições disputadas. A imagem permite perceber que embora existam similaridades nos resultados dos dois partidos grandes, o comportamento ao longo do tempo mostra-se distinto. A imagem registra apenas os valores obtidos nos primeiros turnos das eleições. Em 1989 percebe-se que PT e PSDB têm desempenho similar, enquanto a somatória de todos os outros partidos ultrapassa os 70% de votos. Na eleição seguinte, em 1994, o PSDB apresenta um crescimento abrupto e acelerado, passando da metade dos votos válidos no primeiro turno, o que garantiu a eleição de FHC naquele ano. O PT, ao contrário, apresentou crescimento, mas foi gradual. Esse crescimento gradual do PT seguiu até a eleição de 2002, quando conseguiu eleger pela primeira vez o presidente. Desde então vem apresentando uma estabilidade no desempenho do primeiro turno, com tendência de queda lenta a partir de 2006.

Gráf. 1 - Desempenho partidário por eleição para presidente



Fonte: Autor

No caso do PSDB as oscilações são mais abruptas. Há acentuado crescimento de 1989 a 2004. Depois, queda constante até 2002, único ano desde 1994 em que o PSDB fica abaixo da somatória dos demais partidos, quando retoma o crescimento. Sobe até o primeiro turno de 2006, para voltar a apresentar queda em 2010 e uma leve recuperação em 2014. O desempenho dos demais partidos apresenta oscilações abruptas entre as eleições, no sentido contrário às do PSDB. Os outros partidos "despencaram" de 70% em 1989 para menos de 20% em 1994, mantendo-se nesse patamar na eleição seguinte. Em 2002 voltam a crescer. Nesse ano, metade dos votos em outros partidos foi destinada ao candidato do PSB, Anthony Garotinho, que fez 17% dos votos válidos no primeiro turno. Em 2006 percebe-se nova queda, a maior do período, seguida de recuperação gradual em 2010 e 2014. Já em 2010 e em 2014 os votos dos demais partidos concentraram-se praticamente em uma única candidatura, no caso, a de Marina Silva. Em 2010, disputando a eleição pelo PV, Marina Silva fez 19% dos 21% de todos os demais candidatos. Em 2014, agora pelo PSB, Marina Silva fez 21% dos 24% de todos os demais partidos que concorreram à presidência.

As descrições feitas até aqui mostram, em primeiro lugar, a polarização de dois grandes partidos com resultados agregados estáveis ao longo das sete eleições analisados. Porém, o comportamento do PT e do PSDB ao longo do tempo não foi semelhante ou antagônico (quando um apresenta crescimento, o outro cai em votação). O PT apresenta um crescimento gradual até 2002 e depois se estabiliza. Já o PSDB tem oscilações mais significativas ao longo do tempo, na direção inversa da somatória dos demais candidatos. Quer dizer, o desempenho do PSDB parece estar mais vinculado à capacidade dos demais partidos em apresentar candidatos eleitoralmente viáveis do que com a relação direta com o PT. Isso nos permite

testar a hipótese de que o crescimento do PT tem uma relação mais forte com os resultados negativos dos governos do PSDB, no início, e depois, a estabilidade eleitoral está relacionada aos bons resultados dos governos petistas. Enquanto o desempenho do PSDB como oposição dependeria mais dos resultados negativos dos governos petistas e da inexistência de candidatos fortes em outros partidos. Para testar essa hipótese, no próximo tópico testaremos a associação entre o desempenho eleitoral dos partidos grandes por UF e o desenvolvimento econômico e social das UFs no período.

2.O IDH-M e o voto para presidente do PT e do PSDB

Após as estatísticas descritivas do tópico anterior, os testes realizados a partir daqui têm o objetivo de serem exploratórios. Pretendo explorar como as votações de PT e PSDB estão associadas com o desenvolvimento econômico e social, medido pela diferença do IDH-M entre 2000 e 2010 por UF do Brasil. A hipótese é que um dos fatores que promovem a mudança do IDH, uma medida que incorpora indicadores econômicos, de educação e de saúde pública, é a efetivação de políticas públicas em regiões menos desenvolvidas. Como no Brasil há uma centralização de recursos para políticas públicas na esfera federal (Boschi, 2004), podemos pensar que em alguma medida a diferença no IDH em uma década deve reverter em algum ganho eleitoral para o partido governante. Não se pretende com isso defender que o IDH-M é o melhor preditor de votação e, muito menos, que seja a única variável explicativa para o desempenho dos partidos. O objetivo é usar uma variável que não seja político-partidária para testar os distintos comportamentos do PT e PSDB.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é medido pela Organização das Nações Unidas a cada dez anos em todos os países que

fazem parte da ONU. O objetivo é comparar o desenvolvimento dos países em relação a aspectos econômicos, sociais e educacionais de suas populações. No Brasil, o IBGE desenvolve o índice para ser representativo das Unidades da Federação e até mesmo para medir o desenvolvimento humano dos municípios brasileiros, o IDH-M. Em 2000, o IDH-M médio das 27 UFs brasileiras ficou em 0,576, subindo em 2010 para 0,704, ou seja, uma diferença de 0,128 de média. Além de apresentar crescimento em todas as UFs na década, o IDH-M no Brasil também ficou mais homogêneo em 2010 em relação à medição anterior, conforme é possível perceber a partir da medida de desvio padrão. Em 2000 o desvio padrão do IDH-M das UFs brasileiras era de 0,072, caindo para quase a metade, 0,049 em 2010. Ou seja, a primeira década do século XXI não significou apenas um crescimento do índice de desenvolvimento humano entre as UFs do Brasil, mas também uma redução nas diferenças de desenvolvimento regional. O menor IDH no Brasil em 2000 ficou com Alagoas, 0,471 e o maior foi o do Distrito Federal, com 0,725. Em 2010 o menor valor continuou com Alagoas, porém, em 0,631, uma diferença de 0,080, abaixo da média das demais UFs para o período. E o maior valor ficou com o Distrito Federal, em 0,824, uma diferença de 0,174, bastante acima da diferença média de todas as unidades da federação no período.

Tab. 3 - Medidas sumarizadoras de IDH-M para UFs brasileiras em 2000 e 2010

Estatísticas	IDH 2000	IDH 2010	Dif. 00a10
Média	0,576	0,704	0,128
Desvio padrão	0,072	0,049	0,026
Menor valor	0,471	0,631	0,080
Maior valor	0,725	0,824	0,174

Fonte: Autor

A partir das informações contidas na tabela 3 acima é possível perceber uma diferença não apenas para a melhoria do índice em 2010,

quando comparado a 2000, mas também a redução das diferenças do IDHs entre as UFs. Por outro lado, apesar do desenvolvimento, as diferenças continuaram grandes entre as duas "pontas". Alagoas, a UF menos desenvolvida nas duas medições, permaneceu cerca de 0,200 abaixo do Distrito Federal, a mais desenvolvida. Com as informações das diferenças de IDH-M por UF entre 2000 e 2010, nós rodamos regressões lineares que levam em conta a unidade espacial para a variável dependente "percentual de voto do partido na UF por eleição". Com isso, pretende-se encontrar o modelo da distribuição das votações do PT e do PSDB pela diferença do IDH-M das unidades da federação brasileiras. A hipótese é que depois de concluído o governo, o partido governante apresente uma associação positiva e forte entre votação e diferença do IDH-M. Ou, em outras palavras, quanto maior a diferença de IDH, ou seja, maior o desenvolvimento, maior a tendência a encontrar percentuais altos de votação do candidato da continuidade. Por outro lado, os partidos de oposição apresentariam melhores desempenhos em UFs com baixa diferença de IDH, independente de o índice ser alto ou baixo, ou então, nenhuma associação entre voto na oposição e desenvolvimento econômico e social da região.

Por fim, são necessárias duas observações sobre o tratamento dos dados no modelo antes de discutir os resultados. Como as medições de IDH são decenais, optamos por trabalhar com o período entre a primeira eleição imediatamente anterior a 2000 e a primeira posterior a 2010. Isso porque embora as medições sejam feitas a cada década, não significa que os processos de mudanças estão limitados aos anos de cada década. Os testes de regressão foram limitados às eleições de 1998 a 2014. Além disso, como 1994 foi a primeira eleição do PSDB sem que esse tivesse figurado como opositor importante na disputa anterior, não faria sentido manter a regressão entre percentual de votos e IDH-M por UF para esse ano. Quanto mais próximo de

zero o coeficiente, menor a associação entre as variáveis. Se o coeficiente for negativo em determinada eleição para um partido, significa que a associação é negativa, ou seja, quanto maior a diferença de IDH-M da UF na década, menor tende a ser a votação do partido em determinado ano. E se o coeficiente for positivo significa que as variações seguem a mesma direção: quanto maior a diferença de IDH na UF, maior a votação do partido e vice-versa. Também optamos por analisar os coeficientes angulares padronizados (β padronizado) ao invés dos coeficientes naturais por se tratar de diferentes eleições e com volume de votos distintos entre cada uma delas. Assim, o β padronizado indica as variações entre a votação obtida pelo partido em determinada UF em relação às variações de IDH-M entre as unidades da federação e pode ser usado para comparações entre diferentes anos.

A tabela 4 a seguir mostra os coeficientes para cada eleição entre 1998 e partido. No caso do PT, a associação é negativa em 1998 e 2002, duas eleições que encerram mandatos do PSDB e nas quais o Partido dos Trabalhadores estava na oposição. Os coeficientes de -0,287 e -0,224 respectivamente indicam que o candidato do PT, Lula, teve melhores desempenhos em UFs onde a diferença de IDH-M foi menor. No entanto, esses foram os menores coeficientes para o PT nas cinco eleições analisadas. Nas três seguintes, que indicam os períodos em que o partido esteve no governo, os coeficientes crescem e ficam positivos, indicando que há tendência de maior votação do PT em UFs com maior ganho de IDH na década. O maior β em toda a série histórica do PT é em 2006, ficando em 0,608. A partir de então ele começa a apresentar quedas para 0,510 em 2010 e 0,493 em 2014. A interpretação inicial desses coeficientes para o PT é que enquanto partido de oposição (1998 e 2002) ele apresentava melhores desempenhos e UFs com pouca variação de IDH, normalmente aqueles nos quais o índice já era alto em 2010. A partir de 2006 e principalmente nesse

ano, quando passa a ser governo, sua votação muda para UFs com maior diferença de IDH, ou seja, as de menor desenvolvimento no início do período e que tiveram maior ganho de IDH no período. Além disso, a maior associação se dá nas eleições após o PT governar - a partir de 2006 e não enquanto o partido está na oposição.

Tab. 4 - Coef. β padronizado para relação entre diferença de IDH-M e votação no Partido

Ano	Partido	
	PT	PSDB
1998	-0,287	0,108
2002	-0,224	-0,060
2006	0,608	-0,575
2010	0,510	-0,387
2014	0,493	-0,489

Fonte: Autor

Já os coeficientes β do PSDB não se mostram tão fortes quanto os do PT em nenhuma das eleições analisadas. Além disso, a maioria dos sinais é invertida. Ao contrário do PT, nas duas eleições em que o PSDB era governo (1998 e 2002) os coeficientes de associação com diferença de IDH-M são as mais baixas, inclusive com o coeficiente de 2002 sendo negativo (-0,060). Esses valores mostram que a votação do PSDB não tem tanta relação com a mudança no IDH-M quanto a do PT. Por outro lado, quando o PSDB está na oposição, a votação do partido apresenta coeficientes maiores de associação com diferença de IDH por UF, porém, com sinal negativo, ou seja, entre 2006 e 2010 o PSDB consegue melhores desempenhos eleitorais em UFs com menor diferença de IDH-M, que são normalmente aquelas que já apresentavam índices maiores de desenvolvimento humano em 2000. Ao exemplo do PT, a associação entre votação do PSDB e diferença de IDH-M também apresentou queda entre 2006 e 2014, com a diferença de que a menor

associação ficou em 2010. Na eleição mais recente o PSDB aumentou a associação negativa entre votação no partido e diferença de IDH-M.

Para facilitar a visualização das associações, o Anexo 1 ao final do artigo apresenta os gráficos de dispersão para votação no partido e diferença de IDH-M entre 2000 e 2010 por UF. Há um gráfico para cada ano e partido. As retas traçadas nos gráficos indicam a força da associação entre as duas variáveis. Quanto mais inclinada, maior associação; quanto mais próxima do eixo X, menor a capacidade explicativa da diferença de IDH-M para as variações de votações do partido nas UFs. Ao olhar para os gráficos é possível perceber que nas eleições de 1998 e 2002 as associações tanto para PT quanto para PSDB estão mais fracas. São os anos em que o PSDB governa e em 2002, por exemplo, praticamente não existe ângulo entre votação do partido e diferença de IDH-M. No caso do PT o ângulo é maior nos dois anos, porém, no sentido negativo. De 2006 em diante o comportamento das associações muda. As retas apresentam ângulos mais acentuados para os dois partidos nas três disputas eleitorais. Além disso, os sentidos são inversos. As retas do PT em 2006, 2010 e 2014 são positivas, enquanto as do PSDB no mesmo período são negativas e com aproximadamente a mesma intensidade. Em resumo, a partir do início dos governos petistas cresce a associação entre crescimento do IDH e percentual de votos nos partidos. No caso, o percentual de votos no partido do governo cresce conforme aumenta a diferença do IDH-M no período, e o percentual de votos na oposição (PSDB) diminui conforme aumenta a diferença de IDH-M na última década. Isso se aplica para as três eleições mais recentes, indicando uma manutenção dos padrões percebidos a partir do momento em que o PT concluiu seu primeiro governo, em 2006.

3. Notas Conclusivas

Em ordem cronológica da apresentação dos "achados" aqui, em primeiro lugar é preciso reforçar que as regras do sistema eleitoral agem como previsto pelos cientistas políticos. No Brasil, as eleições proporcionais geram maior número de partidos efetivos no legislativo, como na Câmara dos Deputados, e número bem menor de partidos efetivos nas disputas presidenciais. Além disso, nas últimas sete eleições para a Câmara dos Deputados o índice agregado que mede o número de partidos efetivos tem aumentado gradativa e continuamente nas últimas duas décadas, passando de 8,14 em 1994 para 13,21 em 2014. Ainda que em eleições concomitantes, para Presidência da República o número de partidos efetivos não só fica bem mais baixo no período como é estável, sem apresentar tendência ao longo do tempo - em 1994 era de 2,14 e passou a 3,01 em 2014. Isso demonstra que embora as eleições sejam casadas, as regras eleitorais fazem com que os votos para presidente sejam distintos dos demais.

Além de apresentar grande concentração de votos em poucos partidos, seguindo um padrão de bipartidarização das eleições para presidente da República no Brasil, apenas dois partidos têm dominado essas disputas nos últimos 20 anos. PT e PSDB têm, juntos, percentuais que giram em torno de 80% dos votos válidos nas eleições dos últimos 20 anos para Presidência da República. Isso indica uma especialização desses dois partidos nas disputas presidenciais. Nas seis eleições dominadas por eles é possível perceber a existências de duas tendências distintas: entre 1994 e 2006 há uma tendência de crescimento na concentração de votos nos dois partidos, passando de cerca de 80% para chegar em 90% em 2006. A exceção nesse período é a eleição de 2002, quando PT e PSDB fazem juntos "apenas" 69% dos votos válidos no primeiro turno. Embora existam poucas eleições a partir de então, em 2010 é possível perceber um ponto de inflexão, com início da tendência de queda na

concentração de votos no PT e PSDB. Em 2010 ela fica em 79% e em 2014 passa a 75%. Ainda assim bastante concentrada, indicando a existência na prática de um modelo bipartidário de disputas presidenciais no Brasil, onde PT e PSDB caminham juntos como os dois principais partidos desse sistema até aqui. Há também, nas eleições mais recentes, uma concentração de votos em uma terceira força eleitoral. Se em 2002 o PSDB de Antony Garotinho apresentou pequena vantagem em relação ao quarto colocado - Ciro Gomes (PPS) - em 2006 e 2010, Marina Silva concentrou praticamente a totalidade dos votos não destinados ao PT ou PSDB.

Apesar das semelhanças entre os dois grandes partidos nas disputas presidenciais, as curvas de votação deles ao longo do tempo apresentam distinções. O gráf. 1 mostra claramente que o PT apresenta dois momentos distintos de desempenho eleitoral. Entre 1989 e 2002 ele tem gradativo e constante crescimento nos percentuais de voto para presidente. A partir de 2002 há uma estabilização das preferências do PT e em 2010 o partido começa a apresentar leve queda no desempenho para presidente. Já o PSDB apresenta oscilações mais fortes nas preferências dos eleitores entre as disputas. Cresce rapidamente de 1989 a 1994. Depois, apresenta queda entre 1998 e 2002, para voltar a crescer em proporção menor em 2006. Oscila negativamente em 2010 para em 2014 praticamente se estabilizar, indicando pequena tendência de crescimento.

Uma possível explicação para as diferenças entre desempenho eleitoral para presidente do PT e PSDB nos últimos 20 anos pode estar nos efeitos sociais das políticas públicas apresentados como resultado dos períodos em que os dois partidos governaram. Utilizando a diferença do Índice de Desenvolvimento Humano por Unidade da Federação nas duas medições realizadas no período em análise aqui (2000 e 2010) podemos medir o efeito do desenvolvimento humano nas votações de PSDB e PT nas disputas

imediatamente posteriores aos períodos de governo deles. Os resultados mostram que após os dois governos do PSDB (eleições de 1998 e 2002) a associação entre diferença de IDH-M e votação no candidato do partido à presidência é bastante baixa, inclusive com sinal positivo em 1998 e negativo em 2002 (ver tab. 4). Já no período dos governos petistas a associação entre diferença do IDH-M e votação do PSDB cresce, porém, com sinal negativo. Isso significa que a partir de 2006 o PSDB passa a apresentar votações mais significativas em Unidades da Federação onde há pouca mudança de IDH-M. Essas UFs são, normalmente, as que já apresentam os índices mais elevados, ou seja, as mais desenvolvidas.

Para o PT, a relação entre votos para presidente e diferença do IDH-M entre 2000 e 2010 é inversa à apresentada pelo PSDB, com a diferença de que nas duas disputas em que ele estava na oposição (1998 e 2002) a associação era negativa e mais forte do que a identificada com o partido dos tucanos. Isso significa que enquanto estava na oposição o PT recebia maiores votações relativas em UFs com menor diferença de IDH-M na década passada - quer dizer, era mais bem votado nos Estados com maior desenvolvimento. A partir de 2006, primeira eleição após o PT chegar ao governo há uma completa inversão dessa tendência. Em 2006, 2010 e 2014 o PT passa a apresentar melhores desempenhos eleitorais em UFs com maiores diferenças de IDH-M. Essa associação pode ser usada como indício do efeito eleitoral de políticas públicas em favor do partido governante no Brasil. Por se tratar de eleições bipartidárias, o efeito para o partido da oposição - PSDB - é inverso. Durante o período de governos do PT, o PSDB passa a ser mais bem votado em UFs com menor diferença de IDH-M, reforçando tendência do partido já identificada em 2002.

Uma possível conclusão secundária a partir desses dados em relação à disputa de 2014 é que nesse ano não tivemos mudanças significativas nos

padrões de votação já identificados em 2006 e 2010 para o PT e PSDB. Ao contrário das teses de que o PT venceu a disputa por conta dos "novos" votos obtidos em UFs menos desenvolvidas - notadamente na região nordeste do país - essas votações já eram majoritariamente destinadas ao partido do governo desde 2006. O que aconteceu de fato em 2014 foi uma redução da diferença de votações entre PT e PSDB nos dois turnos presidenciais, o que de resto também não é novidade, pois essa diferença vem caindo desde a eleição de 2006, quando chegou ao maior patamar. Assim, 2014 foi uma reprodução quase fiel da tendência iniciada em 2010 de crescimento do PSDB a partir de votações maiores em regiões mais desenvolvidas do País. Apesar desses indicativos sobre o impacto do desenvolvimento humano por regiões nas votações dos partidos, reforço que esse é um estudo exploratório e não se trata, portanto, de afirmações categóricas com o objetivo de prever resultados eleitorais. Ao contrário, apenas descreve o que já aconteceu. Existem outras explicações, de ordem institucional, políticas e conjunturais que devem ser agregadas a uma descrição mais precisa das relações entre efeitos de políticas governamentais e desempenho de partido em eleições para presidente.

Referências

- BOSCHI, Renato. *Instituições Políticas, Reformas Estruturais e Cidadania*. Dilemas da Democracia no Brasil. Paper ABCP, 2004.
- CALLANDER, Steven. Duverger's hypothesis, the run-off rule and electoral competition. *Political Analysis Review*, n.13, p. 209 a 232, 2005.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- JESSE, Neal G. Candidate success in multi-member districts: an investigation of Duverger and Cox. *Electoral Studies Review*, n. 18, p. 323 a 340, 1999.
- LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rain. Effective Number of Parties: a measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies Review*, n. 12, p. 3 a 27, 1979.
- MICHEL, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- NICOLAU, Jairo M. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partidos: organização e poder dos partidos políticos*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

EMERSON URIZZI CERVI

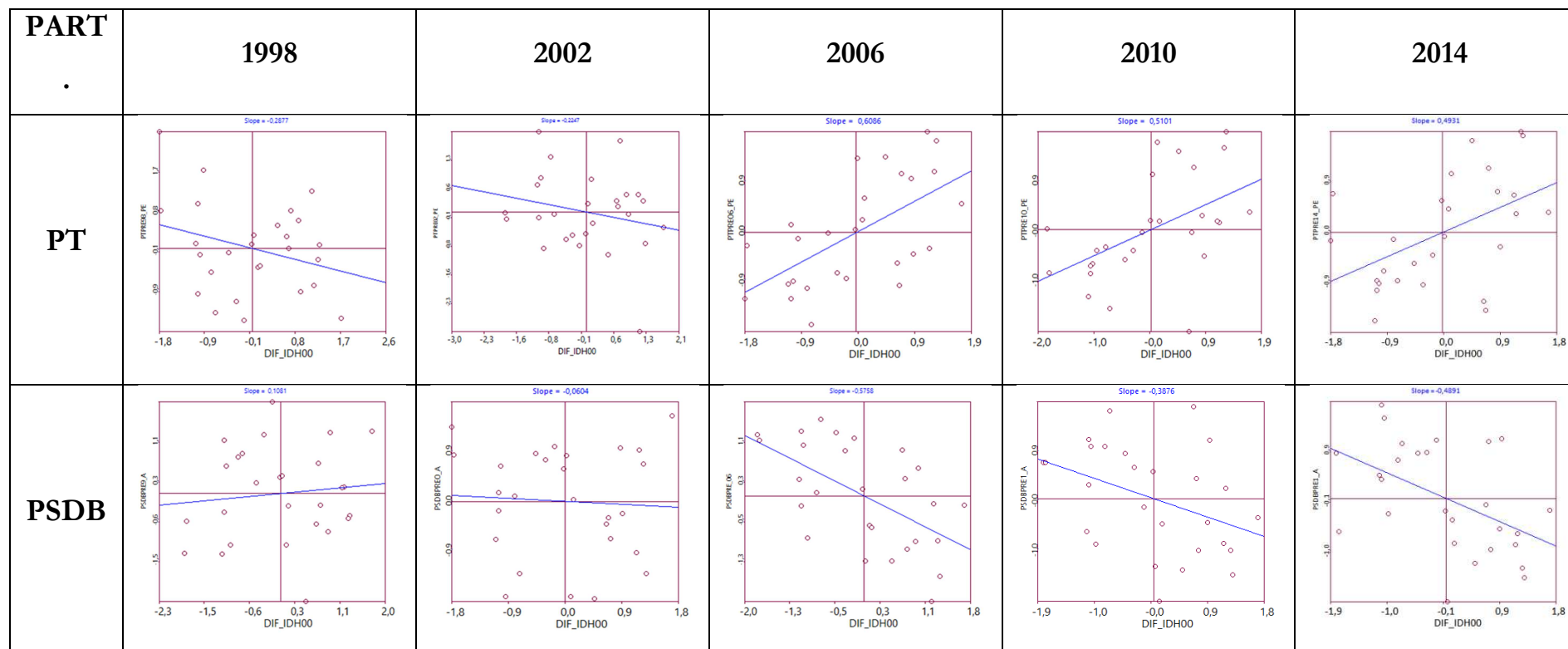
ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA
DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE
1994 E 2014

RIKER, William H. El sistema bipartidista y la ley de Duverger: un ensayo sobre la historia de la Ciencia Política. *American Political Science Review*, n. 76, p. 134 a 159, dez. 1982.

TAFNER, Paulo. Proporcionalidade e Exclusão no sistema Político-eleitoral Brasileiro. Rio de Janeiro: IEPA/IUPERJ, *Textos Para Discussão*, n. 450, 1996.

ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE 1994 E 2014

ANEXO 1 - Gráficos de associação entre % de votos do partido por eleição e diferença de IDH na UF entre 2000 e 2010



Fonte: Autor

O DEBATE POLÍTICO NO TWITTER NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014 NO BRASIL

Claudio Luis de Camargo Penteado
Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC
✉ claudio.penteado@ufabc.edu.br

Denise Hideko Goya
Pesquisadora da Universidade Federal do ABC
✉ denise.goya@ufabc.edu.br

Fabício Olivetti de França
Professor e pesquisador da Universidade Federal do ABC
✉ folivetti@ufabc.edu.br

Resumo: O artigo apresenta os resultados sobre o debate entre os usuários do Twitter nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil. As eleições presidenciais de 2014 foram marcadas pelo intenso debate de posições contrárias nas redes sociais. Nesse artigo, através da utilização de uma ferramenta computacional de extração e análise de informações de redes sociais (Twitter), apresenta-se uma análise das hashtags mais populares no primeiro turno das eleições, voltada para a identificação do comportamento eleitoral dos usuários.

Palavras-chave: Eleições 2014, Redes Sociais de Internet, Twitter.

Abstract: The paper presents the results of the debate among Twitter users in the presidential elections in 2014 in Brazil. The presidential elections of 2014 were marked by the intense debate of opposite positions on social networks. In this paper, through the use of a computational tool for extraction and analysis of information from social networks (Twitter), is presented an analysis of the most popular hashtags in the first round of elections, focused on identifying the electoral behavior of users.

Keywords: Elections 2014, Social Networking, Internet, Twitter.

Introdução

A Pesquisa Brasileira de Mídia 2014¹, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República do Brasil, confirma o crescimento do uso da internet como fonte de informação, principalmente entre os mais jovens. Apesar de haver o predomínio do consumo da televisão, a internet (junto com o rádio) está presente na vida cotidiana das pessoas, atingindo 47% da população. Dentro da preferência dos entrevistados, a internet já aparece em segundo lugar, com 13,1% de citações. Entre os mais jovens (16 a 25 anos), esse índice sobe para 25%. Os dados ainda indicam uma tendência de crescimento do consumo, comprovando o aumento da relevância do ciberespaço como espaço de comunicação dentro da sociedade contemporânea.

A internet, por sua estrutura em rede, permite a criação de novos espaços de comunicação e socialização. Dentro das arenas virtuais comunicacionais são tecidas relações sociais que fazem parte do cotidiano de uma parcela crescente conectada à rede mundial de computadores. Dentro do ambiente virtual, o ciberespaço, as relações de poder ganham uma nova configuração, na qual a capacidade de comunicação (persuasão) se torna um fator primordial, principalmente no campo político (CASTELLS, 2009).

Dentro de regimes democráticos, que têm no processo eleitoral seu principal momento, o poder comunicacional é um elemento chave para a legitimação do processo político, principalmente dentro do período de eleições, no qual o cidadão sofre influência das informações a que tem acesso para formar sua opinião e decidir seu comportamento político (PENTEADO, 2005).

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) ampliaram o alcance e potência dos sistemas informacionais. O

¹ Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acesso em 01/09/14.

processo de produção, circulação e transmissão da informação ganhou uma dinâmica diferenciada com a participação ativa do usuário. Esse processo Castells (2009) vai chamar de autocomunicação de massas (*mass-self communication*): emissores e receptores são sujeitos participantes da comunicação, rompendo com o modelo tradicional de mão única dos meios de comunicação tradicionais. A *mass-self communication* é uma forma de comunicação interativa e colaborativa na qual muitos podem enviar mensagens para muitos, em tempo real. Para o autor, é também comunicação de massas, porque com recursos hipertextuais, disponíveis na internet, consegue produzir e recuperar conteúdo na rede, disponibilizando mensagens com linguagem própria, capaz de alcançar uma audiência global; e porque aquele que gera a mensagem define os receptores.

Nesse sentido, a expansão da internet possibilita a formação de uma esfera pública alternativa ampliada, que segundo Dahlgren (2005) se caracteriza pela apropriação dos canais de comunicação do ciberespaço para um amplo debate sobre temas políticos, não apenas para a apresentação de argumentos racionais (cf. modelo habermasiano de esfera pública), mas também para a integração de culturas cívicas e extensão da participação pública, na qual diferentes agentes sociais podem expressar seus interesses, identidades e subjetividades.

A popularização das redes sociais de internet (RSI), no Brasil e no mundo², transformou esses ambientes de sociabilidade virtual em espaços privilegiados de expressão de culturas cívicas. Nessas arenas de interação *online*, diversos temas são discutidos de forma ampla e muitas vezes promovendo debates públicos e uma conversação civil (MARQUES, 2006) ou atuam como uma forma complementar e colaborativa de jornalismo online (RECUERO, 2012). Em período eleitoral, o tema da política também invade

² Segundo o site Alexa (<http://www.alexa.com/topsites>), que identifica os sites de internet mais populares, dos 10 sites mais acessados do mundo, 5 são de redes sociais, sendo o Twitter 7º do ranking mundial e 13º no Brasil. Informações coletadas em 09/09/2014.

as RSIs. Militantes, simpatizantes, as campanhas dos candidatos e mesmo o cidadão comum utilizam esse espaço de interatividade para promover um intenso confronto de informações e contrainformações. O debate eleitoral encontra dentro do ciberespaço uma nova fronteira para embates políticos entre os candidatos e os partidos, no qual o cidadão comum pode ter um papel mais atuante, inserindo uma nova lógica dentro dos estudos de comunicação política.

Com o objetivo de estudar a atuação política dos usuários do Twitter nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil, esse artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento³ sobre o debate entre os usuários do Twitter nos três primeiros meses de campanha, por meio da utilização de uma ferramenta computacional de extração e análise de informações de redes sociais (Twitter) voltada para a identificação do comportamento eleitoral dos usuários.

O artigo está estruturado, além dessa breve introdução, a partir da descrição da metodologia utilizada para extração e classificação dos dados da RSI selecionada, da apresentação dos resultados obtidos e suas respectivas análises. Ao final apresentam-se as considerações da análise das *hashtags*, sinalizando alguns aspectos e características das disputas eleitorais no ciberespaço na campanha presidencial brasileira de 2014.

Metodologia

O período de análise considerado nesse trabalho foi de 01/07/2014 até 05/10/2014, que compreendeu o primeiro turno das eleições. Os dados foram coletados utilizando a biblioteca *thnython* para a linguagem de programação Python, que permite buscar os dados do Twitter de maneira estruturada. Esses dados foram então armazenados em um banco de dados

³ Pesquisa: Disputas eleitorais no ciberespaço: estudo das redes sociais de internet nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

para facilitar recuperação futura de informação.

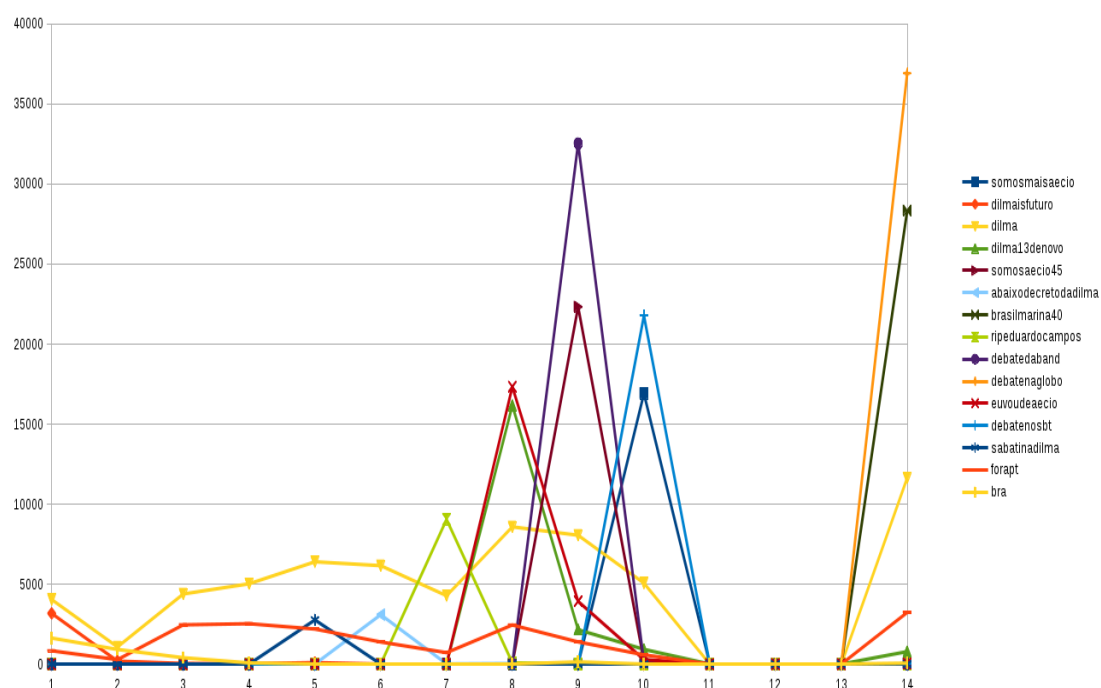
Os dados coletados representam cerca de 1% do total do conteúdo produzido durante o período analisado, conforme limitações impostas pelo próprio Twitter. Em valores absolutos, isso representou cerca de 10 milhões de tweets contendo as seguintes palavras-chaves: 'dilma', 'aécio', 'lula', 'marina silva', 'eduardo campos', 'eleicao', 'eleicoes', e 'eleicoes2014', que compreendem os três principais candidatos e termos relacionados. A interface do Twitter automaticamente recupera a informação requisitada com todas as variações das palavras buscadas acentuadas; isso permitiu uma lista reduzida de termos.

Para a análise de resultados, os dados foram resumidos com periodicidade semanal (iniciando da semana 1 até semana 14), e para cada semana foram listadas as 2 *hashtags* mais populares⁴. Em seguida, uma tabela foi gerada contendo a frequência de cada *hashtag* durante cada uma das semanas analisadas.

Resultados

Neste trabalho, a análise se concentra em torno das *hashtags* mais citadas durante o primeiro turno. No Gráfico 1 é possível verificar visualmente os assuntos mais populares, dentre os quais notam-se *hashtags* que se mantiveram populares ao longo do primeiro turno e outras que se tornaram populares em apenas uma semana em específico, formando picos.

⁴ O estudo com big data requer a adoção de recortes metodológicos. Nesse caso a opção pelo destaque de somente duas *hashtags* permite uma análise comparativa temporal, ao mesmo tempo limita a visualização de outros dados, revelando uma limitação de análise.

Gráfico 1: *Hashtags* mais populares⁵

Fonte: Autores, 2014.

O gráfico 1 indica que até a semana 7 as *hashtags* relacionadas às eleições não possuíam grande repercussão em geral. Muitas referências estavam mais ligadas à Copa do Mundo (nas primeiras semanas) e na sequência piadas, ataques e defesa direcionadas à presidente Dilma Rousseff. Nesse período, estendendo-se até a semana 10, destacam-se *#dilma* e *#forapt*, que curiosamente apresentam curvas muito similares, com aumento e diminuição de postagens proporcionalmente constantes uma em relação à outra. A *hashtag* *#dilma* fora usada tanto para postagens positivas quanto negativas à candidata, enquanto *#forapt* é essencialmente anti-PT. Outro dado interessante é o comportamento de picos, indicando o caráter efêmero das *hashtags*.

Ao analisar as maiores incidências (picos), pode-se identificar na semana 7 (*#ripeduardocampos*) a grande repercussão que teve o acidente de

⁵ Devido a problemas técnicos na coleta de dados, os resultados das semanas 11 e 12 não puderam ser analisados. Contudo, os resultados das outras doze semanas permitem a visualização do comportamento dos usuários da RSI.

avião que vitimou o candidato Eduardo Campos. Na semana seguinte, percebe-se uma mobilização das campanhas de Aécio Neves (#euvoudeaecio) e de Dilma Rousseff (#dilma13denovo) indicando um “aquecimento” do debate eleitoral dentro do Twitter. Os dados indicam que a militância virtual da campanha de Aécio se mostrou mais ativa, alcançando picos nas semanas 9 (#somsaecio45) e 10 (#somosmaisaecio). A campanha de Marina Silva, candidata que entrou no lugar de Campos, teve grande mobilização na semana 14 (#brasilmarina40).

As maiores ocorrências ficam por conta da repercussão dos debates na Rede Bandeirantes (#debatedaband), no SBT (#debatenosbt) e na Rede Globo (#debatenaglobo), sinalizando a existência de um diálogo entre os meios de comunicação tradicionais (televisão) e as novas tecnologias.

Considerações finais

Como os resultados ilustram, existe a tendência de um comportamento de incidência de picos em relação às *hashtags*, sinalizando o caráter episódico das eleições e um comportamento dinâmico que marcou as eleições presidenciais de 2014. Outro dado que merece destaque é a importância dentro do Twitter, em termos de repercussão, de eventos como debates e sabatinas dos candidatos, que geram uma reação dos usuários de RSI, sinalizando um movimento de convergência das mídias, conforme argumenta Jenkins (2008).

O comportamento encontrado permite a comprovação da ideia que as redes sociais de internet são importantes espaços para debates sobre os temas do cotidiano, não formando a esfera pública idealizada por Habermas, mas como uma arena de socialização e debate no qual os diversos grupos políticos e usuários comuns podem debater e expressar suas opiniões. Dentro da Sociedade da Informação as RSIs, que por sua arquitetura e dinâmica comunicacional fomentam a interação entre os usuários da internet, se

configuram como uma “caixa de ressonância” dos principais eventos sociais, como no caso das eleições presidenciais de 2014.

Uma leitura geral dos resultados apresentados nesse artigo permite identificar que o Twitter foi um ambiente hostil para Dilma Rousseff, como pode-se vivenciar nas manifestações da abertura da Copa do Mundo de Futebol. Assim como a importância da mídia tradicional, que por meio dos debates com os candidatos conseguiu pautar a discussão no Twitter, evidenciando o caráter de interconexão entre os meios de comunicação.

Referências

- CASTELLS, Manuel. *Communication power*. Oxford University Press, 2009.
- DAHLGREN, Peter. The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political communication*, v. 22, n. 2, p.147-162, 2005.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Aleph, 2008
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião pública*, 12.1: 164-187, 2006.
- PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo. *O show da estrela: estudo da campanha presidencial do PT em 2002*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na PUC-SP. São Paulo, 2005.
- RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; SILVA, Fernando Firmino (orgs.) *Metamorfoses Jornalísticas 2: a reconfiguração da forma*. Edunisc, p.37-55, 2009.

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO¹

Octaviano Moya Delgado

Professor da Universidad Autónoma de Sinaloa

✉ octavianomoya@gmail.com

Resumen: *La interrogante inicial fue conocer ¿Por qué los ciudadanos olvidan aspectos de las campañas electorales después de pasadas las elecciones? La hipótesis es que el olvido de información es consecuencia de la percepción negativa que tienen los electores sobre ellas. Se toman como guía las teorías psicológicas del olvido y del conocimiento político y se recurre a un ejercicio experimental utilizando los focus groups.*

Palabras clave: *olvido, campañas electorales, slogans, electores, focus groups.*

Abstract: *The initial question was: why do citizens forget aspects of the campaign after the elections are over? The hypothesis is that the forgetting of information is a consequence of the negative perceptions voters have about them. Guided by the psychological theories of forgetting and political knowledge, we carry out an experimental exercise using focus groups.*

Keywords: *oblivion, election campaigns, slogans, voters, focus groups.*

Introducción

Uno de los aspectos vinculados a las democracias fuertes o de calidad es que haya electores capacitados para ejercerlas. De igual forma, el comportamiento político o electoral de los ciudadanos se vincula directamente al conocimiento sobre el sistema político y la información política que como parte del proceso mismo van adquiriendo los propios ciudadanos.

¹ El presente trabajo fue presentado como ponencia durante el II Congreso Internacional de Ciencia Política, organizado por la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP), Toluca, Estado de México, 11-13 de septiembre de 2014. De ella se retoman valiosos comentarios y aportaciones que lo llevaron a enriquecerlo.

Una de las etapas importantes del proceso político la constituyen las campañas electorales. Mediante ellas se eligen a los representantes y se integran los poderes del Estado. Es ahí, donde partidos políticos y candidatos fortalecen o incrementan sus preferencias, las cuales pueden ser política, ideológica o programática; en virtud de los beneficios de determinada política pública. No obstante, en cualquier de éstos casos, los candidatos y partidos que se presentan en la elección representan, mediante el interés de los ciudadanos, las aspiraciones de simpatizantes o votantes. Con esa orientación erogan infinidad de recursos con hábiles estrategias mediáticas encaminadas mediante slogan o mensajes de campaña. Sin embargo, inmediatamente pasada la campaña, dichos electores olvidan aspectos tan simples como slogan, mensajes, incluso el nombre de los candidatos que compitieron en la contienda.

En el presente trabajo se parte de la hipótesis que el olvido de información relevante de las campañas electorales por parte de los electores se debe (más allá del interés, o características socio demográficas), a la relación negativa que guardan de dichos aspectos. Para comprobarlo se recurre a las teorías psicológicas del olvido y apoyándose en la teoría de cultura política, en la dimensión de conocimiento político e información. Se acude a un ejercicio experimental utilizando el *focus group* en dos grupos con características sociodemográficas diametralmente opuestas y para el procesamiento de la información se utiliza el método comparado.

Por orden de exposición el trabajo se compone de cinco apartados: en el primero se recuperan algunos elementos que puedan servir como guía teórica para dar explicación al problema analizado; el segundo, describe la estrategia metodológica utilizada para comprobar la hipótesis inicial y el desarrollo de las técnicas de investigación; el tercero, desarrolla el resultado de los grupos de

enfoque sobre las variables descritas; el cuarto, profundiza sobre la explicación de los participantes como causas del olvido, mientras que el quinto recuperan aspectos centrales a manera de conclusiones.

1. El abordaje teorica

¿Por qué los ciudadanos olvidan aspectos importantes de las campañas electorales inmediatamente después de pasadas las elecciones? ¿Es importante o no, que los ciudadanos recuerden experiencias y sucesos de las campañas electorales?

En ocasiones memoria y olvido se toman como sinónimos cuando son conceptos completamente distintos. Se entiende a la memoria como la suma de conocimientos y experiencias acumulados no solamente en cuanto a bagaje cultural sino como el “ser” individuos o personas, que permiten actuar y reaccionar en tal o cual sentido y no en algún otro. La memoria es la marca que nos identifica y singulariza de otros seres humanos. Por otra parte, el olvido es la incapacidad de retener o de actualizar información. Se puede entender también como un fracaso para transferir información del almacenamiento a corto plazo (ACP) al almacenamiento a largo plazo (ALP). Lo que aquí se pretende conocer no es la memoria, sino las causas que explican el olvido.

Si bien es cierto que la importancia del olvido se encuentra en disciplinas científicas como la psicología y la medicina, una parte importante de su objeto se centra en el estudio de la psicología política. En ésta última se encuentra el estudio de las instancias estatales, la relación que guardan hacia ellas representantes y ciudadanos, el impacto que produce el orden social, así como el poder mismo (BARÒ, 1994). La psicología política trata de responder, que hace que las personas votemos por determinada opción política y la forma como los

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

políticos pueden mejorar su comunicación con los ciudadanos. Es en este segundo aspecto donde radica la importancia del presente trabajo, dado que una de las etapas importantes del proceso político la constituyen las campañas electorales, mediante las cuales se eligen a los representantes y se integran los poderes del Estado. Es ahí en donde partidos políticos y candidatos fortalecen o incrementan sus preferencias.

No obstante, en cualquier de estos casos, los candidatos y partidos que se presentan en la elección representan, mediante el interés de los ciudadanos, las aspiraciones de simpatizantes o votantes. Con esa orientación erogan infinidad de recursos con hábiles estrategias mediáticas encaminadas a fortalecer la preferencia de los votantes mediante slogan o mensajes poderosos de campaña. Sin embargo, inmediatamente pasada la campaña, dichos electores olvidan aspectos tan simples como slogan, mensajes, propuestas, incluso el nombre de los candidatos que compitieron en la contienda.

Dentro de la psicología existen distintas teorías que explican por que las personas olvidan un sinnúmero de cosas, entre ellas se encuentran: la teoría del desuso, de interferencia, por represión, las psicoanalíticas a demás de las que se originan por la edad como el Alzheimer y amnesia, producto de patologías y trastornos motivados por la edad. La teoría del *desuso* manifiesta que los recuerdos se debilitan por no utilizarse. Es decir, si la información retenida no se refuerza mediante el uso, con el tiempo va desapareciendo hasta perderse, sobre todo si a dicha información se le asigna poca importancia (BJORK; BORK, 1988). El olvido *por interferencia* se da cuando un conjunto de información obstaculiza a otro. La información retenida se va perdiendo por que otra va entrando y ocupando su lugar. Es decir, nueva información va interfiriendo con la que ya se tiene. En el transcurso de la vida, las nuevas experiencias nos hacen

perder las otras. La interferencia es más severa cuando se trata de elementos similares (LINDSAY; NORMAN, 1983). En la teoría *por represión*, el olvido desaparece el posible rastro de un suceso debido a que produce malestar o dolor. El resultado es la desaparición del engrama², la información retenida se va perdiendo por la relación que se tenga motivado por estados emocionales o factores subjetivos de rechazo. Se trata de la explicación psicoanalítica del olvido, el yo consciente, hace inconsciente lo que considera inaceptable y solamente recuerda lo que le agrada. Es decir, toma cosas que nuestro inconsciente prefiere arrinconar por que causan sufrimiento o desazón, más que olvidar que se trata de ignorar lo aprendido (FREUD, 1933). Finalmente, las teorías de discriminabilidad temporal, que considera que las huellas mnémicas³ sufren un proceso de decaimiento espontáneo y que la recuperación de un ítem introducido a la memoria de corto plazo (MCP) conlleva algún tipo de discriminación (BADDELEY, 1990), así como la de confusión acústica, que consiste en que el sujeto confunde un estímulo por otro semejante en sonido o estructura articulatoria, lo que imposibilitaría traerlo al presente en un momento dado. (CONRAD, 1964).

De manera adicional, a dichas teorías se encuentran también aquellas relativas al conocimiento político de los ciudadanos, producto de la cultura política. Los primeros ejercicios que se hicieron para analizar el *conocimiento político* y su influencia en la democracia parten del estudio pionero de Almond y Verba

² Un engrama es una estructura de interconexión neuronal estable que tiene como efecto la activación en red de un sistema de neuronas, producida por efecto aferente de la excitación de las terminaciones del sistema nervioso en el medio interno o externo, de tal manera que, mediando o no un correlato psíquico, se estimula la activación de estructuras neuronales estables eferentes, engramas eferentes, que producen respuestas de regulación automáticas del organismo. El término es de uso corriente en Neuropsicología o Psicobiología.

³ Una huella mnémica es aquella que expresa un conjunto de imágenes, sonidos, que a su vez están asociados a palabras, frases con un significado propio, que finalmente están conectados a un circuito emocional determinado. Esto establece en gran medida la cualidad afectiva del recuerdo. Estas huellas mnémicas se asocian a otras mediante imágenes, sonidos, etc. o palabras comunes formando algo así como una red de pequeñas conexiones.

(1963) respecto a la cultura política de las democracias consolidadas o *culturas cívicas*. Lo relacionaron básicamente con cuatro mediciones: la primera de ellas, consistía en descubrir el grado de importancia que se atribuía al gobierno nacional y local en cada uno de los cinco países analizados: EUA, Inglaterra, Alemania, Italia y México (este último aclaran, como algo experimental). El segundo, el conocimiento de los asuntos políticos y públicos, así como la exposición de los mismos; tercera, un test de información política para descubrir las diferencias entre los distintos países en cuanto a la cantidad de información política que posee su población adulta. La cuarta, un índice de disponibilidad de estas poblaciones para elegir o mantener disposiciones sobre los problemas y resultados políticos.⁴

En México, *La politización del niño mexicano* constituye una obra clásica dentro del campo de la cultura política (SEGOVIA, 1975). De igual forma, Ponte ha recogido elementos sobre cultura política y conocimiento político (DURAN PONTE, 1994 y 2000). De manera reciente diversos autores han profundizado en el tema bajo distintas direcciones. Michael X. Delli Carpini y Scott Ketner (1996), abordan una serie de temas sobre el conocimiento político de los norteamericanos y su interés por la política, pero particularmente de su importancia en la democratización norteamericana. Los autores proponen tres modelos teóricos de distribución del conocimiento político: El primero, llamado *democracia administrada*, donde el conocimiento está distribuido en forma de pirámide; es decir, pocas personas manejan un nivel alto de conocimiento mientras que la mayoría comparte muy bajos niveles, el conocimiento es solo de una pequeña élite; el segundo es el de la *democracia fuerte*, en forma de pirámide

⁴ Sobre estudios del tema pueden encontrar: M.L. Morán y Jorge Benedicto, 1995; en España, Sonia M. Frías, 2001; en China, H. Yee y Macau y Taiwán, 1999; en Israel, Eva Etzioni, 2000; en Brasil, José Álvaro Moisés, 1992; en Chile, Ángel Flisfisch, 1987, entre otros.

invertida, donde la gran mayoría comparte altos y homogéneos niveles de conocimiento político. Corresponde a los supuestos de una democracia en donde los ciudadanos son capaces de jugar un rol activo y en algunos casos directos en su propio gobierno. Por último se encuentra la *democracia pragmática*, donde la distribución del conocimiento es en forma de rombo o diamante, que representa una sociedad donde hay pocas personas que tiene muy altos o muy bajos niveles de conocimiento y la mayoría se ubica en opciones intermedia. Ésta es producto de una cultura política en la cual la adquisición de información ha sido una norma cívica, accesible a través de la escuela y los medios de comunicación masiva, y donde la mayoría de los ciudadanos tiene suficiente motivación y habilidades cognitivas como para reunir y retener por lo menos un nivel moderado de información fáctica. Sulmont explora los niveles de conocimiento político que existen en la sociedad peruana, para conocer cómo está distribuido entre los diferentes ámbitos y grupos sociales que la componen y qué factores explicaban las diferencias en la información sobre la política que llegaban a manejar los peruanos (SULMONT, 2007). Fraile por su parte, discute y compara dos lógicas explicativas del comportamiento electoral: el voto por resultados y el voto ideológico, y hasta donde el conocimiento político influye en tales decisiones (FRAILE, 2007).

2. Abordaje metodológico

La interrogante inicial que guió el presente trabajo fue la de conocer ¿Por qué los ciudadanos olvidan aspectos importantes de las campañas electorales inmediatamente después de pasadas las elecciones? Se partió de la hipótesis que el olvido de información relevante sobre las campañas electorales (más allá del

interés, o características socio demográficas), es consecuencia de la percepción negativa que tienen los electores sobre ellas.

En la operacionalización de la hipótesis se toma como variable independiente el concepto del olvido y se analiza mediante la dimensión empírica de *campañas electorales* que concentra las variables de: slogans utilizados en campañas presidenciales en México, slogans de partidos políticos en campañas intermedias, propuestas de campaña y campañas negativas. Por otro lado, se considera como dimensión teórica la percepción negativa de las campañas electorales y se analiza mediante la dimensión empírica de *represión*, con las variables de estado emocional y factores subjetivos. Para todas estas variables se establecen indicadores de medición.

Para poner a prueba la hipótesis se utilizan como guías teóricas las teorías psicológicas del olvido y del conocimiento político, esta última de la teoría general de cultura política. Asimismo, se recurrió a un ejercicio experimental utilizando la técnica de *focus group* en dos grupos con características sociodemográficas diametralmente opuestas y contrarios en su nivel de conocimiento e información política. Para medir el nivel de conocimiento e información política se construyó un índice compuesto de quince ítems, de los cuales diez median aspectos relativos al conocimiento de elecciones, instituciones y autoridades, mientras que las cinco restantes recuperaban el interés, exposición y consumo de información en los distintos medios de comunicación electrónico o digital.⁵ En forma de cuestionario se aplicó antes de iniciar formalmente la sesión de trabajo.

⁵ A manera de preguntas y con distintas opciones, el índice de conocimiento e información política cuestionaba sobre: cuantos diputados federales había en México y cuanto duraban en el cargo; cuanto duran en el cargo los senadores; el nombre completo del Presidente de la Republica; el nombre completo del gobernador del Estado; cada cuantos años se realizan elecciones para gobernador y para presidentes municipales; que significa PAN, PRI y PRD; que tan interesados están en los asuntos públicos; con que medios informativos cuenta en su hogar; con

Cada grupo de análisis se integró con nueve personas dividido por género y edad. El *grupo especializado* se conformó con tres estudiantes, tres egresados y cuatro profesores de la licenciatura de Ciencia Política de la UA Derecho y Ciencia Política, Los Mochis (URN-UAS). Las edades de quienes conformaban el grupo de enfoque iban entre 19 y cuarenta y cinco años. El nivel de escolaridad era alto, así como sus ingresos y provenían de un estrato social medio. Los profesores se destacaban por impartir materias relacionadas con la comunicación política, propaganda electoral y teoría política, además de una destacada participación electoral en instituciones partidarias, órganos electorales y en la representación política. El *grupo normal*, se compuso con personas adultas, mayores de cincuenta años, de bajo nivel de escolaridad, residentes de colonias periféricas de la ciudad de Los Mochis de estrato social bajo. La realización de dichos grupos tuvo lugar el mismo día, en horarios distintos y para ello se contó con las instalaciones de la Torre académica de la URN-UAS y con estudiantes del noveno semestre de la carrera de Ciencia Política como staff de apoyo. Para el procesamiento, sistematización y análisis de la información y resultados de los *focus group* se utilizó el método comparado.

Previo a la realización de los grupos de enfoque se procedió a investigar aspectos relativos a las campañas electorales que mantuvieron elementos polémicos y fáciles de recordar. Se consideraron siete campañas electorales, desde 1994 a 2012. De ellas, se recuperó un número importante de aspectos de los cuales se realizó una selección bajo cuatro elementos básicos, esto es: a) slogan de candidatos presidenciales, b) slogan utilizados por los partidos políticos en las campañas electorales, c) propuestas de los candidatos en campañas presidenciales, d) frases de campañas negativas.

que frecuencia ve o escucha noticias; por que medio se informa regularmente; considera que hay información suficiente o no sobre los asuntos políticos del país.

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

Durante la sesión de trabajo de los grupos de enfoque, bajo una modalidad dirigida se proyectó una presentación que mostraba las frases descritas y se les pedía a los asistentes manifestar quien de ellos conocía el slogan, propuesta o frase que aparecía proyectada. Cabe aclarar que dicha proyección desvinculaba todo color, o tipo de características que pudiera ayudarles a recordar quien, o cuando lo había utilizado.

Posteriormente se les pedía que marcaran en un cuadernillo individual a que candidato presidencial se le atribuía dicha frase y en que proceso o campaña había sido utilizada.⁶

El índice de información y conocimiento político mostró tal como se esperaba diferencias claras y contrastables en cuanto a los grupos de enfoque. Respecto al interés de los asuntos públicos, en el grupo normal, una dijo estar muy interesada, contra siete que expresaron poco interés y una que manifestó nada. En el especializado, siete manifestaron alto interés y los dos restantes poco.

Entre los medios de comunicación electrónicos con los que contaban en su hogar, en el grupo normal dos mencionaron la radio y televisión y siete a la televisión solamente. Fueron también esos medios en los cuales dijeron informarse de manera regular. En el grupo especializado, siete manifestaron tres o más medios de comunicación y solo dos señalaron un medio, entre los que se encontraban el internet o cable. Estos mismos siete expresaron informarse mediante el internet y en forma conjunta con la radio y televisión. Los dos restantes señalaron la televisión y el periódico como sus medios de información.

⁶ El cuadernillo proporcionado a cada uno de los participantes del grupo, contenía una lista con el nombre de los candidatos presidenciales, partidos políticos, y los procesos electorales mencionados. De tal forma que los participantes inmediatamente después de leer la frase en la proyección tendrían que marcar el candidato al cual era atribuible la frase y la campaña en la cual se había utilizado. Para cada caso, se mantenía las opciones de marcar si no sabía o no recordaba.

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

Respecto a la frecuencia con la que veían o escuchaban noticias, en el grupo normal, tres de ellos expresaron hacerlo a diario, cuatro de manera frecuente y dos dijeron no escuchar ni ver noticias. En el especializado, siete señalaron hacerlo diariamente y dos de manera frecuente. Sobre el cuestionamiento que si consideraban que había suficiente información sobre los asuntos públicos, en el grupo normal cuatro manifestaron que sí, tres que más o menos y dos que no. En el especializado, siete manifestaron que más o menos existía información, y dos se ubicaron en los extremos de la escala tanto en forma positiva como negativa.

En consecuencia, lo que diferenciaba al grupo especializado del normal, es que en el primero se observaba mayor interés en los asuntos públicos, infraestructura tecnológica, alta exposición a medios, mediante una diversificación de ellos para su información además del señalamiento de que existía mediana información sobre los asuntos públicos. Aunque dentro del propio grupo especializado se notaba una brecha entre los aun estudiantes de la carrera en relación con egresados y profesores, la ubicación de dichos estudiantes en comparación con los integrantes del grupo normal se mostraba claramente distante. Con estas características en dichos grupos se procedió a indagar sobre aspectos de campañas.

3. LAS CAMPAÑAS PRESIDENCIALES

a) Slogan de candidatos presidenciales

El primer aspecto que se preguntó a los integrantes del grupo de enfoque era si recordaban eslogan utilizados por los candidatos a la Presidencia de la República en México, primero de la elección de 1994. De ellos, **“Bienestar para tu familia”**, utilizado por Ernesto Zedillo Ponce de León, como candidato del

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

PRI que sustituyó a Colosio tras su asesinato, fue recordado por cuatro integrantes del grupo especializado, al igual que el proceso electoral, pero dicho conocimiento e identificación no se encontró en nadie del grupo normal. El slogan **“Por un México sin Mentiras”** también manejado en la elección de 1994, por Diego Fernández de Ceballos, fue recordado por 3 de 9 personas del grupo especializado, quienes además señalaron correctamente el proceso en el que fue utilizado, pero nadie del grupo normal.

De las elecciones de 2000, se cuestionó sobre las frase de campaña **“Que el Poder Sirva a la Gente”**, y **“El cambio que a ti te conviene”** (Letras libres/17/01/11). Se consideró que ambas frases serían sencillas de recordar, dado que la primera fue utilizada por el candidato del PRI Francisco Labastida Ochoa, originario de Los Mochis, Sinaloa y la segunda por el candidato triunfador Vicente Fox, de la Alianza por el Cambio (PAN,PVEM). De estos, el primer slogan fue recordado en el grupo especializado solamente por cinco personas, donde cuatro identificaron de manera incorrecta por quien fue utilizado y en que proceso electoral. En el grupo normal nadie identificó quien expresó la frase ni el proceso en el cual fue utilizado. El segundo slogan, del candidato triunfador de la elección, solo fue recordada por dos personas en el grupo especializado, quienes señalaron de manera incorrecta por quien y cuando fue utilizada, pero por nadie del grupo normal.

De las campañas presidenciales de 2006 se preguntó si identificaban los slogans **“Por el bien de todos, primero los Pobres”** de Andrés Manuel López Obrador (AMLO), candidato de la coalición Por el bien de todos (PRD, PT, Convergencia) **“Palabra de Mujer”** de Patricia Mercado, candidata de Alternativa Socialdemócrata y única mujer en la contienda y **“Para vivir mejor”** del candidato del PAN, Felipe Calderón Hinojosa. La primera frase utilizada por

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

AMLO, fue recordada por cuatro de los integrantes del grupo especializado, quienes señalaron en forma correcta quien y cuando fue utilizada. En el grupo normal nadie expreso recordar tales aspectos. El segundo slogan utilizado por Mercado, ocho de los integrantes del grupo especializado dijeron recordarla, pero cinco de ellos señalaron en forma incorrecta quien lo utilizo y en que proceso, dado que se la atribuyeron a Josefina Vázquez Mota. En el grupo normal, cuatro personas dijeron saber de quién era la frase, pero al igual que los anteriores lo hicieron en forma errónea, además que expresaron no recordar en que proceso fue utilizada. Finalmente, la frase *“Para vivir mejor”*, del candidato del PAN Felipe Calderón Hinojosa, fue recordada por cinco personas del grupo especializado, de los cuales tres señalaron de manera incorrecta por quien y cuando fue utilizada. En el grupo normal, tres de sus integrantes dijeron recordar dicha frase, pero de ellos, dos lo señalaron incorrectamente, además que los tres no recordaron cuando fue utilizada.

Finalmente, se preguntó si recordaban los slogan de las campañas de 2012, entre ellos, **“Por un México Diferente”**, utilizado por la candidata del PAN Josefina Vázquez Mota, **“Me comprometo y Cumplo”** del candidato del PRI, Enrique Peña Nieto y **“El cambio verdadero”** de AMLO, candidato de la coalición Movimiento Progresista. Los dos primeros tuvieron una cantidad de respuesta semejante. Es decir, entre cinco y seis personas, respectivamente, del grupo especializado dijeron identificar la frase, aunque de ellas, dos lo hicieron en forma incorrecta. En el grupo normal, tres personas identificaron ambas frases, de ellas solo una identifico perfectamente quien la expresó y cuando fue utilizada. Finalmente, resalta que el slogan utilizado por AMLO, 8 de 9 del grupo especializado dijeron recordarlo y siete de ellos señalaron correctamente el proceso utilizado. Del grupo normal, 4 de los 9 integrantes también expresaron

reconocer la frase, aunque de estos, solo dos señalaron correctamente la campaña en la cual fue utilizada. (Cuadro1).

b) Las Campañas Partidistas

De igual forma se indago sobre el olvido hacia los slogans de campañas utilizados por los partidos políticos en distintos procesos electorales, en los cuales se sumaron las de elecciones federales intermedias. De las campañas electorales de 2003 se recuperaron los slogans de **“Quítale el freno al cambio”**, utilizado por el PAN, **“Cercano a la gente”** del PRD, y **“Esta de tu lado”** del PRI .

La primera de ellas recuperaba el conflicto entre el Presidente Vicente Fox y el Congreso Federal, en donde el PRI tenía mayoría. La razón principal se ubicaba en el hecho de que las iniciativas de reformas estructurales presentadas por el Presidente fueron discutidas y desechadas. La segunda, era una frase que la Presidenta Nacional del PRD, Rosario Robles Berlanga retomó con el objetivo de demostrar que su partido tenía una mayor relación o acercamiento con los ciudadanos. La campaña mostraba entre otras cosas el éxito de las políticas públicas implementadas por los gobiernos del partido, principalmente en el DF, con un acercamiento a los jóvenes (*El Universal*, 02/03/03). La frase utilizada por el PRI se constituyó en toda una campaña de reflexión, mismo que surgió con base en investigaciones de mercado y referían que después del tema económico centrado en el desempleo, venia la inseguridad. (*El Universal*, 12/05/03).

El slogan panista, fue recordado por seis integrantes dentro del grupo especializado, pero solo cuatro de ellos identificaron correctamente quien lo utilizo, y tan solo uno cuando fue utilizado. Dentro del grupo normal nadie recordó quien y cuando fue utilizada la frase. El slogan perredista, se recordó por

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

cinco personas del grupo especializado, de los cuales solo tres, le asignaron correctamente el partido político. En cuanto a las elecciones en donde apareció, disminuyó a dos que lo señalaron correctamente. Para el grupo normal, las dos personas que dijeron conocer la frase señalaron de manera incorrecta por quien fue utilizada, y nadie recordó en que proceso apareció. La frase de campaña “*Esta de tu lado*” del PRI, fue recordada por dos personas dentro del grupo especializado, los cuales señalaron incorrectamente el partido y la elección en donde fue utilizada. En el grupo normal ninguno de sus integrantes recordó ni el partido ni la elección.

Para las elecciones de 2009 y 2012 se recuperaron la frases “**Así si, gana la gente**” utilizada por el PRD y la “**Fuerza de México**” del PRI, respectivamente. La frase perredista tuvo en general el mayor número de respuesta, al ser recordada por 7 de 9 integrantes del grupo especializado, pero de ellos solo cuatro señalaron en forma correcta el partido que la utilizó, y se redujo a dos quienes correctamente definieron la campaña en la que apareció. Dentro del grupo normal, solo 1 de 9 expresó reconocer la frase, misma que señaló correctamente por quien fue utilizada, pero no supo en que campaña apareció. La frase priistas de 2012, aunque reciente, solo fue recordada por 6 de 9 integrantes del grupo especializado. Pero de ellos, tres señalaron en forma incorrecta el partido que utilizó la frase y la elección en la que apareció. Dentro del grupo normal, ninguno de sus integrantes expreso conocer la frase como tampoco el proceso donde fue utilizado. (Cuadro 2).

c) Las Propuestas de Campaña

La tercera dimensión de análisis la constituyeron las propuestas realizadas por los candidatos presidenciales. De las elecciones de 2000 se recuperó la de

“Crear un millón de empleos y crecer al 8 por ciento del PIB” de Vicente Fox Quezada utilizada en 2000. Esta, fue recordada por 6 de 9 integrantes del grupo especializado, de los cuales cuatro, señalaron incorrectamente el candidato por el cual fue expresada. Más aún, solo tres estamparon correctamente la campaña en donde se manifestó dicha propuesta. Dentro del grupo normal, 4 de 9 de sus integrantes manifestaron conocer quien la propuso, pero lo señalaron incorrectamente. Además de que nadie recordó en que la campaña de origen. De igual forma, la oferta de Francisco Labastida, acerca de que los niños llevaran **“inglés y computación en las escuelas”** fue identificada por 7 de 9 personas del grupo especializado. Pero, solo tres señalaron en forma correcta quien la propuso y cuatro la campaña en donde fue expresada. Dentro del grupo normal 4 de 9 dijeron conocer la propuesta, pero señalaron en forma incorrecta al candidato que la utilizó, además que nadie atinó la campaña en donde fue escuchada.

De las elecciones de 2006 se recuperó la propuesta **“Más inversión, más empleos, para convertirse en el Presidente del Empleo”** utilizada por el candidato del PAN, Felipe Calderón Hinojosa. Dicha frase fue recordada por la totalidad de personas del grupo especializado, pero uno señaló incorrectamente el candidato y la elección en donde fue utilizada. Dentro del grupo normal, 5 de 9 manifestaron conocer quien lo dijo, pero solo dos lo señalaron correctamente, además de que ninguno de los cinco identificó la campaña en donde apareció. Por otro lado, se recuperaron las propuestas de **“Pena de muerte a secuestradores y asesinos”** y **“Transformación del Ministerio Público y penas más severas”**, del candidato del PRI-PVEM, Roberto Madrazo Pintado. Dichas propuestas eran ejes fundamentales del combate a la delincuencia, dentro de su campaña electoral. La primera de ellas fue retomada del Partido Verde

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

Ecologista de México (PVEM), quien ya la había utilizado en una elección intermedia, y con quien participaba coaligado en la elección de 2006.

Aun así, “Pena de Muerte a secuestradores y asesinos” (*El economista*/03/03/10) fue recordado por 5 de 9 personas dentro del grupo especializado, quienes señalaron de manera correcta tanto el candidato como la elección en donde fue utilizada. En el grupo normal, solo uno recordó el candidato que expuso dicha propuesta, pero ninguno supo en que elección se mencionó. Finalmente, la Transformación del MP y penas más severas fue recordada por 7 de 9 personas del grupo especializado, de los cuales sólo tres atinaron correctamente nombre del candidato del cual provenía y la elección en donde fue utilizada. Dentro del grupo normal, 5 de 9 manifestaron conocer la propuesta, pero señalaron incorrectamente de quien provenía, además de que no recordaron en que elección fue utilizada. (Cuadro 3)

d) Campañas Negativas

El último de los aspectos interrogados a los integrantes de los grupos de enfoque fueron frases que se vinculaban o desprendían de las campañas negativas. Sin importar tanto, el origen o destinatario de dichas frases, se preguntó solamente si identificaban al afectado.

De esta forma, la frase **“Me ha llamado mariquita, me ha dicho La Vestida, me ha llamado chaparro, mandilón”**, expresada por el candidato del PRI Francisco Labastida Ochoa, en su propio perjuicio (*ADNPOLITICO*/26/04/00), fue identificada por la totalidad del grupo especializado, y aunque solo uno señaló de manera incorrecta a quien le fue atribuida, todos establecieron correctamente la elección en donde surgió. Dentro del grupo normal 6 de 9 personas dijeron conocer la frase, pero cinco señalaron

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

en forma incorrecta el nombre del afectado. Peor aún, por el hecho de que ninguno supo en que elección fue expresada. De igual manera, la expresión **“A mi quizá se me quite lo majadero, pero a Ustedes lo mañosos y corruptos nunca”** del candidato de la Alianza por el Cambio, Vicente Fox Quezada en 2000 (*La Jornada*/26/04/00), fue recordada por 5 de 9 integrantes del grupo especializado, de los cuales dos señalaron en forma correcta a quien le fue atribuido y la elección donde apareció. Del grupo normal 2 de 9 manifestaron identificar al afectado de la frase, aunque lo señalaron incorrectamente tanto como la elección.

De las elecciones de 2006, la frase **“¿Tu le crees a Madrazo?, Yo tampoco,** (*La Jornada*/29/10/05), atribuible al candidato priista Roberto Madrazo Pintado, fue recordada por 8 de 9 integrantes del grupo especializado, de los cuales cinco señalaron correctamente quien fue el afectado y se redujo a tres quienes atinaron la campaña de origen. Dentro del grupo normal nadie identificó ni al afectado ni la campaña donde se hizo mención. De igual forma, La frase de **“¡Cállate, Chachalaca!”**, mencionada por AMLO, y utilizada en su contra (*El Universal*/28/03/06), fue recordada por la totalidad del grupo especializado, de los cuales ocho identificaron al afectado y de ellos se redujo a siete quienes recordaron la campaña de origen. Dentro del grupo normal, 4 de 9 expresaron identificar al afectado de la frase, pero solo tres lo señalaron de manera correcta, además de que ninguno supo la elección en la que apareció. Finalmente, la expresión **“Un peligro para México”**, atribuible a este último candidato y sobre la cual giró toda una campaña de desprestigio (*El Universal*/18/06/12), fue recordada por la totalidad del grupo especializado, quienes manifestaron correctamente el afectado y de los cuales se redujo a ocho quienes atinaron la elección de origen. En el grupo normal 2 de 9 identificaron

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

correctamente el afectado de la frase, pero nadie supo sobre la elección en donde fue utilizada. (Cuadro 4)

Cuadro 1. Slogan de Candidatos a la Presidencia de la República en México

No.	ITEMS	Grupos	
		Especializado	Normal
1	Bienestar para tu familia	4	0
2	Por un México sin mentiras	3	0
3	Que el poder sirva a la gente	5	0
4	El cambio que a ti te conviene	2	0
5	Por el bien de todos, primero los pobres	4	0
6	Palabra de Mujer	8	4
7	Para vivir mejor	5	3
8	Por un México diferente	5	3
9	Me comprometo y cumplo	6	3
10	El cambio Verdadero	8	4

Fuente: Elaboración propia, con datos obtenidos del grupo de enfoque

Cuadro 2. Slogan de campañas Partidistas

No.	Slogans o frases	Grupos	
		Especializado	Normal
11	Quítale el freno al cambio	6	0
12	Cercano a la gente	5	2
13	Esta de tu lado	2	1
14	Así sí, gana la gente	7	1
15	La fuerza de México	6	0

Fuente: Elaboración propia, con datos obtenidos del grupo de enfoque

Cuadro 3. Propuestas de campaña

No.	ITEMS	Grupos	
		Especializado	Normal
16	Crear un millón de empleos al año, crecer al 8 por ciento del PIB	6	4
17	Que en las escuelas lleven inglés y computación	7	4
18	“Más inversión, más empleos. Seré el Presidente del Empleo”	9	5
19	“Pena de muerte a secuestradores y asesinos”	5	2
20	Transformación del MP y penas más severas.	7	5

Fuente: Elaboración propia, con datos obtenidos del grupo de enfoque

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

Cuadro 4. Campañas Negativas

No.	ITEMS	Grupos	
		Especializado	Normal
21	Me ha llamado mariquita, me ha dicho La Vestida, me ha llamado chaparro, mandilón	6	0
22	“¿Tu le crees a Madrazo? Yo tampoco	8	2
23	A mi quizá se me quite lo majadero, pero a Ustedes lo mañosos y corruptos nunca	5	2
24	“¡Cállate, Chachalaca!”	9	4
25	Es un peligro para México	9	2

Fuente: Elaboración propia, con datos obtenidos del grupo de enfoque

Un análisis descriptivo arrojó diferencias entre los integrantes de cada grupo de enfoque. En el grupo especializado dos profesores con los máximos grados de escolaridad, a la par de un egresado fueron quienes en su mayoría recordaron más de estos aspectos. En un nivel intermedio se encontraron los estudiantes de noveno y sexto semestre de la carrera de ciencia política y al final, entre quienes recordaron menos se ubicaron a los dos profesores restantes y una egresada. Entre el grupo normal destacaron principalmente mujeres, quienes recordaron en mayor medida sobre los elementos interrogados, pero de ellas, fueron principalmente las de edad adulta e intermedia. Posterior a ello se les cuestionó sobre la importancia de dichos aspectos y las causas o razones por las que consideraban las habían olvidado.

4. Las Razones del Olvido

Dos fueron las preguntas claves sobre las cuales se buscó explicación al olvido. La primera de ellas si consideraban o no importante los aspectos analizados y la segunda, a que atribuían no recordar los aspectos analizados.

En ambos grupos de enfoque existió coincidencia al señalar como importantes todos los aspectos interrogados. Respecto a las causas atribuidas del

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

olvido, las respuestas marcaron una brecha considerable entre estos dos grupos. Dentro del grupo especializado, quienes recordaron en mayor medida slogan y propuestas de los candidatos, resaltaba como explicación del olvido la relevancia o significado de la información lo cual de manera justificada caía en la memoria de corto plazo. Uno de los profesores resaltó la relevancia y utilidad de la información al expresar que no necesariamente el recuerdo de los slogans es un asunto relevante para que las personas lo guarden en su memoria, manifestando que si la información no es algo útil generalmente se desecha. Dado que es importante en el momento que está sucediendo, pero cuando hay un resultado las personas se desatienden completamente de eso porque no les resulta útil en su vida.

“Generalmente tienden a guardar cosas cuando les resultan útiles. Las personas tienden a evaluar más el desempeño del gobierno en turno o del representante que la campaña anterior. Por eso hay una tendencia generalizada a olvidar aspectos relacionados con las campañas por que estas no son útiles para tomar decisiones en una nueva elección. Concebimos a las campañas como en aquel dicho de Otto Von Bismarck, “Nunca se miente más que después de una cacería, durante la guerra y antes de las elecciones”⁷. Entonces por eso, lo que se dice en las elecciones tiene un propósito exclusivo de tener un resultado, no necesariamente de que sea cierto. Lo asumen de esa manera, entonces tampoco le atribuyen una validez o más cargada a la falsedad que otra cosa”⁸.

Con esta misma orientación otro profesor explicaba el olvido a partir de la memoria de corto y largo plazo. Expresando que las cosas que no tienen una significancia se envían a la memoria de corto plazo, por lo tanto no se les presta

⁷ Político Alemán, 1815-1898.

⁸ José Manuel Luque Rojas, PITC, de la UA Derecho y Ciencia Política, Los Mochis.

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

mayor atención, tienen importancia solo por ese momento. Por lo que quizá los slogans de campañas incluso de candidatos son cosas que saben y entienden por esos procesos y luego se desechan.

“En lo personal, me pasa eso, veo los slogans, los puedo identificar en el momento de las campaña pero los desecho, a menos que sea una campaña negativa, generalmente las campañas negativas tienen mayor significación que las positivas. Entonces uno recuerda bien el asunto de las chachalacas y todo esto de la *vestida* por que es precisamente lo negativo lo que más retenemos y el slogans, aun cuando sea del candidato que lo y este gane la presidencia, cambia, lo vuelven a modificar no queda durante los seis años, si no que lo modifican. Entonces uno termina asumiendo un slogan distinto al que presentaron al principio, incluso distinto al que presento el partido, incluso distinto al que presenta la alianza. Entonces generalmente termina uno desechándolo, diciendo son demasiados slogans que no me llevan a nada”.⁹

Otras profesoras explicaban el olvido de elementos de campaña a partir de la influencia de los medios de comunicación y la experiencia vinculada a dichos procesos. De esta forma, la difusión de los medios sobre la información llevan a los ciudadanos a interiorizarlos en el momento pero esto se da por que no tiene referentes ni de plataforma política de los partidos, ni de trayectoria de los partidos.¹⁰ Por otro lado, otra profesora manifestó que la constante participación en los procesos electorales le causo bastante confusión.

⁹ Luis Felipe Bernal, Profesor de la UA de la UA Derecho y Ciencia Política, Los Mochis.

¹⁰ Magdalena Rocha Peña, PTC, de la UA Derecho y Ciencia Política, Los Mochis.

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

“Si recuerdo quien lo dijo, pero ya no recuerdo en cuál de los proceso que participe. Sentí confusión y no había pensado que me podía pasar, pero sucedió, recuerdo, pero no sistemáticamente. Participo en la parte política, no politológica y te concentras en esa campaña. Creo que es difícil recordar los slogans por que son flachazos de momento. Es un poco más común recordar la propuesta por la mentira. La mentira que crea una expectativa en el ciudadano”.¹¹

En cuanto a los egresados manifestaron tanto la parte negativa como la escasa posibilidad de materializarse. De esta forma destacan que la participación de los medios han dado más hincapié al aspecto negativo de las campañas, por eso es lo que más se recuerda y no propuestas electorales. Eso ha generado escasa credibilidad de los ciudadanos.

“Yo me acuerdo que en mi primera elección en el 2000, en ese momento no es tan relevante, estaba más preocupada en otras cosas. Entonces uno puede escuchar todo el día el slogans de un partido político o candidato, podemos dormir, comer con ellos pero no pone la atención debida, por que no es algo que en su momento creía que fuera a ser importante”.¹²

De igual forma, pesa también la dificultad de que dichos aspectos puedan materializarse. El otro egresado estableció coincidencia al manifestar que no tenían una parte tangible que le hiciera recordarlos. Manifestó que todos los slogans tenían algo positivo pero al final no llego a concretarse ni la proximidad de cualquiera de ellos, aunque hubieran ganado. En general la sociedad y las actuales generaciones no han estado usando la memoria y ellos mismo nos han

¹¹ Juana Minerva Vázquez González, Profesora de la UA Derecho y Ciencia Política, Los Mochis.

¹² Teresa Juárez Alzati, egresada de la Licenciatura de Ciencia Política, 2002-2006.

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

fomentando eso. Desde el uso de la tecnología que ya todo se tiene a la mano, pero no en la memoria lo cual contribuye al desuso.

“Yo me acordaba de muchos slogans por que jugaba en la primaria, jugamos todavía a los slogans, lo que saliera en la tele sea comercial o campañas políticas y normalmente yo ganaba por que nadie se acordaba de las campañas políticas aunque fueran las próximas o anteriores, pero también deje de usarlo y se olvidan.¹³

Entre los estudiantes se estableció en forma coincidente que era la edad y la falta de interés la razón de su olvido. Una de ellas recordaba las campañas a partir del 2000, por la difusión que le dieron a las campañas en televisión.¹⁴ El otro, que previo a ingresar a la licenciatura recordaba las campañas negativas, slogans pegajosos que se trasmitían en televisión, pero a partir de que inicio su formación su recuerdo se centró en las propuestas.¹⁵ Finalmente, la falta de interés por considerar la política como un asunto aburrido.¹⁶

En el grupo normal la explicación de sus integrantes tomó un camino distinto. Una de ellas manifestó que los slogans y propuestas de campaña eran algo pasajero, algo que servía en su momento y nada más. No le parece para nada importante¹⁷. Otra de las integrantes manifestó no tomarle la misma importancia que antes. Ello en virtud de que (los políticos) siempre prometían y nada más no hacían nada de eso. Por eso ya ni le tomaba mucha importancia a la política, estaba bastante decepcionada.¹⁸

¹³ Gabriel Bustamante, egresado de la Licenciatura en Ciencia Política, 2007-2012.

¹⁴ María Isabel Félix López, Estudiante del séptimo semestre de la Licenciatura en Ciencia Política.

¹⁵ Luis Manuel Rochin Zepeda, Estudiante de noveno semestre de la Licenciatura en Ciencia Política.

¹⁶ Kenia Villegas Valenzuela, Estudiante de noveno semestre de la Licenciatura en Ciencia Política.

¹⁷ Rosario Lizbeth Bernal Verastica, Colonia Siglo XXI.

¹⁸ Ernestina Moran Torres, Colonia Los Almacenes.

Esta última afirmación encontró coincidencias en las opiniones del resto de los integrantes. Otra de ellas manifestó que no creía por que los políticos eran muy mentirosos. Ofrecían, pero no cumplían sus promesas, por eso ya no creen, por que cuando llegan al puesto ya ni lo conocen cuando los ocupan.¹⁹ Por eso no les ponen mucho interés. Mejor se dedican a trabajar, de todas formas van a hacer lo mismo.²⁰ De igual forma, algunos otros expresaban que escuchaban los slogans pero ya ni creía en eso. Escucha las palabras pero después de tanta cosa a veces no sabia ni de donde ni de quien venían, por lo que ya ni atención ponía.²¹ En eso coincidió otro integrante más, al afirmar categóricamente que no sabia nada, por que ya no creía.²² Finalmente, las últimas intervenciones se vincularon directamente con un desencanto o desilusión asociada con su participación o apoyo a candidatos y partidos en distintos procesos electorales²³.

5. Conclusiones

La hipótesis planteada inicialmente fue que el olvido de información relevante de las campañas electorales por parte de los electores se debía (más allá del interés, o características socio demográficas), a la relación negativa que guardan de dichos aspectos. De los resultados arrojados por los grupos de enfoque se pudo concluir que la hipótesis solo se comprueba parcialmente.

Por una parte, la mayor frecuencia de respuesta para las variables de medición (candidatos, slogan y campañas negativas) recayó en las elecciones de 2012, sobre la cual manifestaron mayor conocimiento y información en ambos

¹⁹ Guadalupe Armenta Leyva, Colonia José Ángel Espinoza Ferrusquilla.

²⁰ Isabel Román Cota, Colonia Conrado Espinoza.

²¹ Leticia Gamboa Duarte, Colonia Conrado Espinoza.

²² Antonio Ruiz Beltrán, Colonia José Ángel Espinoza Ferrusquilla

²³ Rafael Sánchez, Colonia Siglo XXI; Cándida de Jesús Mena Flores, Colonia José Ángel Espinoza Ferrusquilla

grupos. Con lo que puede considerarse que información y conocimiento tiene una alta asociación con la memoria de corto plazo.

No obstante, se encontraron claras diferencias entre los grupos de enfoque. La primera de ellas obedece a que en el grupo especializado se observó un número sistemático de participantes que recordaron dichas frases desde las campañas de 1994 a 2012. Lo cual no sucedió con los integrantes del grupo normal. Por una parte, la explicación entre los integrantes del grupo especializado respecto al por qué olvidaban los aspectos interrogados giró en torno a la escasa importancia y relevancia de la información. Lo cual se encuentra claramente establecido en la teoría psicológica de desuso. Es decir, como es una información que carece de importancia, o lo tiene para un momento determinado y un fin concreto, una vez que llega ese momento y se toma la decisión electoral, la información carece de importancia y utilidad por lo cual es desechado completamente.

Por otro lado, en el grupo normal el olvido encontró explicación en la desilusión o decepción de sus integrantes a consecuencia de las promesas incumplidas de los políticos, lo cual fue generando una falta de credibilidad hacia los elementos centrales del proceso político y particularmente hacia los aspectos interrogados. En consecuencia, desilusión y decepción fueron entendidas como algo semejante al malestar o dolor que contemplaba un definido estado emocional. El olvido como respuesta a la falta de credibilidad, como una acción consciente y deliberada. Lo cual encaja perfectamente dentro de la teoría psicológica de represión. Por lo que la hipótesis planteada es válida y aplicable para los integrantes de este grupo de enfoque con las características ya descritas.

Sin embargo, más allá de esto, el olvido de los aspectos aquí analizados es una constante que juega en contra de todos aquellos que se dedican al diseño y

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

elaboración de propaganda política, incluso de marketing electoral. De los candidatos y equipos de campañas, dado que sin importar los poderosos mensajes, o imágenes llamativas, estas no serán atendidas por los electores.

Pero en forma lamentable, juega también en contra del proceso democrático en virtud de que los electores, independientemente del estado anímico en que se encuentren o el entendimiento mismo que tengan de los procesos electorales no se dan la oportunidad de enriquecer su experiencia o conocimiento que se adquiere mediante la realidad política. Esto en si mismo, desde la perspectiva planteada, constituye un gran problema, por que el aspecto central que se considera tal como se manifestó en un principio es que uno de los elementos vinculados a las democracias fuertes o de calidad es que haya electores capacitados para ejercerlas, y por lo menos en el contexto y con los actores analizados al parecer aún estamos a considerable distancia de ello.

Bibliografía

- ALMOND, Gabriel; SIDNEY Verba. *The civic culture*. New Yersey: Princeton University Press, 1963.
- BADDELEY, A. D. *Human Memory: Theory and Practice*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1990.
- BJORKL, E. L.; Bjork, R.A. On The adaptive aspects of the retrieval failure in autobiographical memory. In: MM. Grueberg, P. E. Morris y R.N. Sykes (Eds.), *Practical aspects of memory: Current research and issues*. Vol. 1. Chicester: Wiley. 1988.
- CONRAD, B.Y. R. Acoustic Confusions in Immediate Memory, In: *Brit. J. Psychol.* 55, 1, p. 75-84, 1964.
- CARPINI, Delli. Michael X.; KEETER, Scott, *What americans know about politics and why it matters*. New Haven and London: Yale University Press, 1996.
- ETZIANI, Eva. *Political Culture in Israel*. Israel: Praeger publishers, 2000.
- FRAILE, Marta. *La influencia del conocimiento político en las decisiones de voto, Unidad de políticas comparadas*. México: CSIC, 2007.
- FREUD, S. *New Introductory Lectures, On Psycho-Analysis*. The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, Volume XXII (1932-1936): New Introductory Lectures on Psycho-Analysis and Other Works, p.1-182, 1933.

OCTAVIANO MOYA DELGADO
LAS CAMPAÑAS DEL OLVIDO

- FLISFISCH, Ángel. Consenso democrático en el Chile autoritario. In: *Cultura política y democratización*. Chile: CLACSO, p. 99-126.
- FLORES, García Victor. Glamour y poder. Los medios de comunicación: entre los ciudadanos y el mercado. In: Carlos Mondragón; Alfredo Echagollen (Coords), *Democracia Cultura y Desarrollo*. México: UNAM, 1998.
- FRÍAS, Sonia M. Cultura política en España: conocimiento, actitudes y práctica, *Colección Opiniones y actitudes*, n. 39, Madrid: CIS, 2001.
- LINDSAY, P.H.; NORMAN, D.A. *Human, Information Processing*: an introduction a la Psychology. New York: Academic Press, 1983.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *El método de la Psicología política*. San Salvador, 1994.
- MOISÉS, José Alvaro. Democratización y cultura política de masas en Brasil. *Revista Mexicana de Sociología*, 1992/1, México, 1992.
- MORÁN, M.L.; BENEDICTO, Jorge. *La cultura política de los españoles: un ensayo de reinterpretación*. Madrid, 1995.
- RAMÍREZ, Cinthia. Política de Jingle. *Letras Libres*. 17 de enero de 2011.
- SEGOVIA, Rafael. *La politización del niño mexicano*. El colegio de México. México, 1975.
- SULMONT, David. *Conocimiento político, opinión pública y democracia en la sociedad peruana*. Ponencia presentada para el 1er. Congreso Latinoamericano de WAPOR (Opinión pública, conflicto social y orden político), Colonia del Sacramento, Uruguay, Abril 12-14, 2007.
- YEE, Herbert S., *The political culture of China's university students in Mainland China, Hong Kong, Macau, and Taiwan*. New York: Nova Science Publishers, 1999.

TRIBUNOS, PROFETAS E SACERDOTES: INTELECTUAIS E IDEOLOGIAS NO SÉCULO XX

Roberto Oliveira Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ oliveira-rocha@outlook.com

“(...) profecias históricas nada mais são que projeções fantasiosas de desejos políticos num futuro distante”
(LAMOUNIER, 2014).

Bolívar Lamounier, sem sombra de dúvidas, insere-se no espaço destinado aos principais cientistas sociais do Brasil das últimas décadas. Autor de uma vasta e diversificada obra, como “*Os partidos e as eleições no Brasil*” (1975), livro organizado em parceria com Fernando Henrique Cardoso; “*A ciência política nos anos 80*” (1982) e “*Da Independência a Lula: dois séculos de história política brasileira*” (2005), este intelectual se destaca através da verve crítica e da escrita elegante, além, é claro, da capacidade analítica exemplar, como uma “autoridade” interpretativa sobre aspectos essenciais da realidade sócio-política brasileira.

O autor, cientista político, graduado em sociologia e política pela UFMG¹ e pós-doutor pela Universidade da Califórnia em Los Angeles, demonstra, em sua última obra, “*Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*” (2014), uma precisão cirúrgica na tentativa de compreender como o liberalismo, ou a ausência dele, se conecta ao papel

¹ Universidade Federal de Minas Gerais

político dos intelectuais, ou “tipos” de intelectuais, que habitam em seus contextos. Antes, porém, é bom que se afirme: este livro está dentre aqueles que, com cuidado e zelo, vão inebriando os leitores e os faz pensar sobre o que é lido. Algo nem sempre conquistado quando se está diante de uma obra que trata, grosso modo, de uma história das ideias, ou melhor, do impacto dessas ideias sobre o mundo social.

Qual seria, pois, o diferencial apresentado por Lamounier na referida obra? Quais são seus aspectos centrais? Qual o empreendimento realizado e qual é a qualidade do que é ofertado? Em relação a essas questões, as respostas podem ser inferidas com a explanação que faremos a seguir, levando em consideração as principais ideias apresentadas em “*Tribunos, profetas e sacerdotes*”. A bem da verdade, o livro espelha o seu autor. Nele são esmiuçados, ponto a ponto, os objetivos centrais da análise. Assim, podemos afirmar: quase nada escapa ao seu olhar e à sua análise.

“*Tribunos, profetas e sacerdotes*” se divide em nove capítulos, mais um interessante prólogo. Se pudermos fazer uma classificação mais genérica, destacamos que os três primeiros capítulos discutem, teórica e conceitualmente, as abordagens sobre “o intelectual”, sobre liberalismo ou antiliberalismo, e como os papéis ocupados por aqueles atores (os intelectuais) têm reflexos além do plano das ideias. Os três capítulos posteriores são estudos comparativos sobre as experiências vivenciadas por contextos díspares, como Rússia, Alemanha e Estados Unidos. E, por fim, os três últimos capítulos abordam o caso do Brasil, contendo um toque especial através de ensaios que irão tratar de dois intelectuais que são contrapostos, na classificação efetuada por Lamounier: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

O desenvolvimento do texto em questão começa por explicitar o que é um intelectual e qual o papel que ele desempenha, ou deveria desempenhar, na

vida política. Deixando sua compreensão mais clara, e tentando evitar um viés classista ou elitista que se possa atribuir à sua reflexão, o autor afirma que os intelectuais, para assim poderem ser classificados, devem contemplar três traços: “um nível educacional elevado, identificação com valores públicos e disposição a se engajar na atividade política para defender tais valores” (p. 22). O primeiro aspecto é autoexplicativo e evita englobar aqueles que apenas se “diplomam”; o intelectual seria o ator que reflete, elabora e desenvolve o conhecimento aprendido. O segundo aspecto serve para diferenciar o intelectual de um simples ideólogo, tendo em vista que enquanto este se prende às suas crenças, aquele permanece, ou deve permanecer, aberto à reavaliação de suas convicções. O último aspecto, acompanhando a trilha argumentativa do autor, sinaliza que após os dois passos anteriores, o “verdadeiro” intelectual tende, ou deveria tender, a sair da zona da vida cultural ou científica e adentrar na zona da vida pública.

Decorrente deste pensamento, Lamounier desenvolve três tipos ideais², seguindo a construção clássica de Max Weber, para compreender o papel dos intelectuais no conturbado século XX. Seriam eles: o *tribuno*, ou seja, o intelectual que utiliza “seus recursos intelectuais e seu prestígio para defender uma pessoa, um grupo social ou uma instituição – no limite, a estrutura constitucional de seu país – de riscos que considera imediatos” (p. 25); o *profeta*, ou seja, o intelectual que se imbuí na missão de transmitir uma mensagem de salvação, assim, este tipo seria “um iluminado, um visionário” (Idem); e o *sacerdote*, ou seja, o intelectual que se apresenta como conhecedor dos “livros sagrados” e que, por este motivo, em virtude de sua sabedoria e autoridade, indicaria o caminho correto e justo a ser seguido.

² Tal qual Weber (2004) Lamounier explicita que tais tipos ideais servem como construção heurística de interpretação, algo como “arquetipos”, que, na maior parte das vezes, não se mostra, realisticamente, na sua inteireza ou na sua “pureza”.

Antes, porém, o autor lança uma questão: existiria ainda “o” intelectual? Não teria o intelectual desaparecido juntamente com a especialização crescente do conhecimento, já que tal fato solapa o primeiro postulado das características preñes a alguém que se destaca por sua intelectualidade? Lamounier salienta que houve, sim, três mortes do intelectual e convida o leitor a fazer um passeio pelo século XX para entender o porquê de Polsner (2003), em “*Public Intellectuals: a study of decline*”, ter declarado sua morte e inclusive ter atribuído tal fato ao próprio “intelectual”.

A morte do intelectual tribuno, segundo Lamounier, é fruto da força e da ironia do seu tempo. Ela tem seu ponto irruptivo com a escalada de terror da Segunda Guerra e seu consequente impacto sobre o ideário de esquerda compartilhado no seio da comunidade acadêmica. Ainda assim, uma obra fundamental como *O arquipélago Gulag* (1973), de Aleksandr Soljenítsin, foi inicialmente rechaçada pela *intelligentsia* brasileira em virtude da realidade traduzida do que o “socialismo real” provocava na União Soviética. Algo memorável nos dias de hoje, observando-se o estilo sarcástico de Lamounier, ao se ver o apoio de que a ditadura castrista em Cuba ainda goza em certos meios acadêmicos. No entanto, é importante destacar, o intelectual tribuno conta com nomes condizentes às suas reivindicações. Nesse contexto podem ser destacados, por exemplo, Euclides da Cunha que, através de *Os Sertões*, “conferiu forma humana aos beatos de Antônio Conselheiro” (p. 32); a luta do poeta Federico García Lorca na defesa dos ciganos na Espanha; a cubana Yoani Sánchez, que se vale do jornalismo para se opor às agruras da realidade repressiva em seu país; os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, deflagradores do caso *Watergate* nos EUA; entre outros.

É importante que se ressalte, desde já, que há um *gap* na argumentação do autor neste ponto específico do texto. Não se fica visível para o leitor quais os impactos da morte do intelectual tribuno, nem tampouco se estabelece uma

explicação mais direta entre o que Bolívar Lamounier aponta como a morte e a “ressurreição” de tal intelectual. Entende-se a lógica argumentativa, mas falta conteúdo que a comprove³.

Tal problema não acontece, por exemplo, quando o autor destaca as mortes dos intelectuais profetas e sacerdotes. Os profetas, embebidos numa compreensão escatológica da sociedade, acabam muitas vezes presos a um anseio romântico da sociedade. É o que ocorreu, por exemplo, com as ideias positivistas de Augusto Comte e o marxismo-leninista, devidamente explorados no texto. Os sacerdotes, por sua vez, enquanto guardiões dos livros e das doutrinas, sucumbem a um idealismo que nem sempre encontra ressonância com os aspectos sociológicos inerentes à sua própria condição. Assim aconteceu, segundo Lamounier, com Louis Althusser, que tentava iluminar e guiar o Partido Comunista francês, e com o filósofo alemão Martin Heidegger, seu exemplo mais expressivo. Heidegger, importante e controverso intelectual, foi um dos grandes nomes, ou mesmo o principal, do existencialismo. Já aclamado em seu tempo, este pensador sistematiza, seguindo a elucidação de Lamounier, através de suas obras como *Ser e Tempo* (1927), conceitos que irão, sub-repticiamente, aludir à necessidade da Alemanha de encontrar um líder que a conduzisse a um destino de superioridade; daí a adesão de Heidegger ao nazismo, tendo atuado inclusive como reitor da Universidade de Freiburg durante o regime hitlerista. A bem da verdade, Lamounier acaba “zombando” da real capacidade sacerdotal heideggeriana, afirmando, por exemplo, que “ele talvez nunca tenha passado de um provinciano aferrado ao seu chão, incapaz de se desamarrar de seu chalé na Floresta Negra” (p. 43). No entanto, cabe aqui ressaltar que o autor de *Tribunos, profetas e sacerdotes* utiliza, em toda a sua compreensão sobre a

³ Mesmo que tais pontos tenham sido destacados, *en passant*, no Prólogo (p. 16-17), teria sido mais interessante retomar a alguns pontos neste momento do texto.

atuação do referido filósofo alemão e sua ligação ao nazismo, a obra de um único autor (o filósofo chileno Víctor Farías). Teria sido mais interessante, e mais enriquecedor, se tal perspectiva fosse contrastada, por exemplo, com a obra de Rüdiger Safranski, *“Heidegger – um mestre na Alemanha entre o bem e o mal”* (2005), apontada como uma das melhores biografias sobre o polêmico filósofo. Os leitores teriam, assim, visões complementares sobre alguns aspectos destacados tão rapidamente no texto.

Prosseguindo na argumentação, o intelectual também seria vítima, conforme aponta Lamounier, do expressivo aumento da especialização acadêmica, da evolução dos mecanismos audiovisuais e da internet e, de igual maneira, da existência de regimes antiliberais, além da ausência, nos países subdesenvolvidos, de uma “vida intelectual academicamente centrada” (p. 44). De certo modo, percebe-se, neste elenco de fatores, um certo teor saudosista, ou até mesmo, “anti-moderno”, na explicitação de Lamounier. Por certo há fatores inibidores de uma “vida intelectual” mais profunda, mas certamente um apego ao “passado” não é, a nosso ver, uma forma propositiva de fomentar, nas palavras do próprio autor, o soerguimento do “esquálido intelectual de minha imagem pictórica” (p. 50).

Não obstante a ressalva acima, uma das partes mais interessantes do livro diz respeito à diferenciação tipológica esclarecida por Lamounier sobre as comunidades intelectuais. Acorrendo ao que é feito no decorrer da obra, o autor as diferencia em três tipos: *pensadores individuais*, sendo aqueles que possuíam formação humanística e que, quase que atomizadamente, produziam e apresentavam suas ideias - tal tipo se encontraria em vias de extinção com a expansão das universidades; *intelligentsias*, comunidades intelectuais surgidas num contexto liberal, e que, não raramente, desenvolveram identidades política ou ideológica em comum, como os teóricos do nacional-desenvolvimentismo brasileiro dos anos 1950, e que, além disso, se

destacavam por serem uma comunidade diversificada e conectada à estrutura de classes; e as *comunidades academicamente centradas*, surgidas na segunda metade do século XX, que se destacam por seu caráter “profissional” de execução do trabalho científico e, como consequência, pelo caráter seletivo e entrópico da experiência educacional (p. 56) - como exemplo poderíamos destacar as universidades que lideram os *rankings* de avaliação científica.

Bolívar Lamounier, um intelectual tribuno na melhor acepção do termo, sabe, portanto, que o intelectual acompanha e reflete a conjuntura que experimenta e vivencia. Dessa forma, o autor, na tentativa de identificar os componentes liberais e antiliberais das posturas desses atores do mundo social, diagnostica que faz-se necessário alinhar a análise junto a três outros vetores históricos: a *construção do Estado*, a *industrialização* e a *tematização do regime político*. Tais circunstâncias serão “definidoras”, na sua visão, para entender as diferenciações explicitadas ao se tomar como foco de estudo os casos da Rússia, da Alemanha, dos Estados Unidos e do Brasil.

Talvez faça-se necessário retomar aqui uma explicitação do autor, abordada no *Prólogo* de “*Tribunos, profetas e sacerdotes*”, para entender tal construção. Segundo Lamounier, liberalismo e antiliberalismo “diferem no nível mais abstrato de suas premissas a respeito do conhecimento e da natureza humana, no nível das estipulações intermediárias acerca da estrutura social, do Estado e do Direito, e no mais concreto, em tudo o que concerne às formas de organização de seus respectivos regimes” (p. 12). Desse modo, tratar do liberalismo significa tratar da democracia, ou melhor, da democracia liberal/representativa. No seu inverso, tratar do antiliberalismo, tomando as experiências do século XX, significa remeter ao fascismo, ao marxismo e suas derivações. Daí que os destaques feitos anteriormente ganham uma importância relevante e reveladora. Porém, faz-se necessário observar que a construção feita aqui pode resvalar numa categorização com a presença de

forte “viés” para o que o autor aponta como nexos causais entre uma coisa e outra. O perigo que se revela é a tendência de que o conteúdo seja por demais normativo na análise empreendida.

Antes de trazer esta discussão para o cenário brasileiro, Lamounier aborda três casos extremamente interessantes – Rússia, Alemanha e Estados Unidos – para se compreender a preponderância de ideais liberais versus antiliberais, conectando-os aos três vetores históricos mencionados anteriormente. Trataremos rapidamente das principais diferenciações apontadas em “*Tribunos, profetas e sacerdotes*”, tendo em vista que o autor elabora uma construção bastante acurada sobre os pontos em questão. Desse modo, o que é escrito sobre a Rússia é como a centralização do Estado, junto a uma industrialização que promovia o crescimento do número de operários e de estratos médios, além de um regime político assentado num forte caráter autoritário, implicou na expansão do componente antiliberal expresso, sobremaneira, pela *intelligentsia* da União Soviética/Rússia. Se predominaram intelectuais profetas e sacerdotes, como Lênin, outros, de perfil tribuno e também dissidente, começaram a provocar fissuras sobre o entendimento do que era vivenciado naquele país, os destaques aí se direcionam a figuras como o já mencionado Alexander Soljenítsin com “*O arquipélago Gulag*”, Boris Pasternak, autor de “*O Doutor Jivago*”, e o cientista Andrei Sakharov. Não obstante a modernização almejada pós-colapso da URSS, um regime democrático liberal não foi alcançado no caso russo, tendo em vista a ascensão de Vladimir Putin, seu líder mais proeminente nos tempos recentes.

A Alemanha, com suas devidas ponderações, também foi marcada por uma estrondosa vertente antiliberal, como pode ser visualizado ao se tomar a experiência do nazismo. Bolívar Lamounier argutamente afirma que este é “o país onde a ‘superestrutura’ rugiu mais alto, e sempre, até a Segunda Guerra Mundial” (p. 79). Isto mesmo apresentando taxas educacionais e de

industrialização muito mais avançadas do que outras nações da Europa. O autor destaca algumas questões para explicar esse cenário: primeiro, a Alemanha apresentava um forte componente nacionalista – um “nacionalismo romântico” (p. 82) - na sua interpretação do Estado, não sem razão desembocando numa ideologia conservadora de superioridade étnica e racial. A industrialização atuou como fator de objeção tanto social quanto culturalmente, pelo caráter modernizador intrínseco a si. De igual modo, a tematização do regime político repousava numa ambiguidade: presença de parlamentos e partidos fortes, mas sem um experimento verdadeiramente democrático. Assim, não é estranho que intelectuais sacerdotes como Hegel e Johann Fichte, em séculos antecedentes, depois fossem “representados” por alguém como Heidegger. Já intelectuais tribunos, como Hannah Arendt e Karl Mannheim, por sua vez, tiveram que fugir das agruras da perseguição hitlerista.

Os Estados Unidos podem ser considerados, segundo Lamounier, o país que revoluciona culturalmente o liberalismo. E o faz nos seguintes movimentos: em primeiro lugar, é lá que se percebe, claramente, um caráter liberal tanto no âmbito da cultura como do sistema político. Em segundo lugar, a forte industrialização vivenciada entre o final do século XIX e início do século XX possibilitou um enriquecimento expressivo da população americana. Em terceiro lugar, a democracia encontrou ali uma de suas expressões mais explícitas. Desse modo, os EUA propiciaram que houvesse a organização de uma comunidade intelectual centrada e baseada em universidades de reconhecido mérito e prestígio – inclusive criadas e incentivadas por indivíduos liberais – que terminam por formar uma cadeia virtuosa com a expansão de recursos humanos altamente qualificados. Historicamente, no entanto, Lamounier destaca pontos de inflexão, como a questão racial americana e a experiência do macarthismo, mas também aponta

como aspectos que resvalam na soberania popular e na própria concepção democrática permitiu romper, mesmo que insuficientemente, agruras do passado.

A escolha dessas três experiências, apesar de serem sustentadas teórica e conceitualmente, gera questionamentos que o autor não destaca: qual o impacto que essas diferenciações geraram em outros contextos? Há, na obra, referências muito esparsas em relação a países latino-americanos e asiáticos. No entanto, permanece uma certa dúvida a respeito de porque terem sido destacados e abordados esses três países. Além disso, mesmo na discussão sobre estes casos há pontos que são tratados de forma muito breve, como, por exemplo, na reflexão sobre o sistema político nos casos da Alemanha e dos Estados Unidos.

Após esse percurso analítico, Lamounier trata, seguindo as linhas traçadas em relação aos casos acima, do caminho entre liberalismo e antiliberalismo vivenciado pelo Brasil. Desse modo, no que se refere à construção do Estado o autor perfaz a trajetória que vai da proclamação da república até a Segunda Guerra; em relação à industrialização, o foco vai do segundo pós-guerra até 1964; e o terceiro, sobre a tematização da democracia que vai de 1964 a 1988, percorrendo também o momento presente. Do exercício de análise e interpretação, Lamounier aponta a existência de um movimento no qual se observam momentos de autoritarismo e de liberalismo. Assim sendo, o Brasil seria mais liberal do que Rússia e Alemanha, mas menos liberal do que os EUA. As hipóteses podem ser visualizadas tendo por base que a constituição de 1891, ao preservar uma noção de Estado federativo e representativo, possuía uma fundamentação liberal que será perdida na metade do século XX, com um claro viés antiliberal do qual o integralismo pode ser considerado um dos principais exemplos, caindo até mesmo numa retórica fascista. A fase de industrialização se assentou na premissa de um nacional-

desenvolvimentismo, onde o que importava, no fundo, era crescimento econômico sem muito questionamento do regime político em vigor. A terceira fase, onde se tematiza o regime político, é trabalhada no sentido de perceber como um momento de ruptura institucional, a Ditadura Militar, significou a manutenção de algumas regras políticas (eleições periódicas, para exemplificar), mas alterou novamente o caráter liberal ou antiliberal da constituição sócio-política do país. Abrindo um parêntese, Lamounier argumenta que na verdade houve um fortalecimento, *a fórceps*, do liberalismo (p. 177). Em parte, até mesmo, pelo próprio descrédito dos governos militares na América Latina. Este ponto, apesar da argumentação do autor, ensejaria um maior esclarecimento sobre esta inferência, tendo em vista a larga literatura divergente em relação a este tema. O retorno à democracia, por outro lado, demonstrou, e continua a demonstrar, que componentes liberais são importantes no caso brasileiro, apesar de que representações antiliberais na cultura intelectual nacional ainda se encontra bastante arraigada. Este ponto é bastante interessante por demonstrar que certos perfis intelectuais, como correntes da esquerda, levam a posicionamentos bastante dissonantes da perspectiva liberal.

Os dois capítulos finais são, respectivamente, um ensaio sobre Oliveira Vianna e outro sobre Sérgio Buarque de Holanda. Pode-se dizer, sem medo de errar, que apenas essas duas reflexões já valeriam a leitura do livro. O autor dialoga e exemplifica com esses dois intelectuais alguns dos pontos-chave: Oliveira Vianna pode ser considerado um intelectual sacerdote e comportava um profundo sentimento antiliberal em suas obras, algo muito bem explicitado por Lamounier. Sérgio Buarque de Holanda seria o seu oposto: um intelectual tribuno, com forte contribuição política no que se refere à democracia brasileira e, mesmo que não tenha expresso, continha um

posicionamento claramente liberal. O leitor encontrará essas facetas, cuidadosamente desenvolvidas, durante a leitura do livro.

No entanto, cabe aqui uma observação. Lamounier, ao destacar o “perfil” de um intelectual tribuno, e ao tomar, no caso do Brasil, o exemplo do Sérgio Buarque, comete ao menos uma falha: não nos satisfaz o esquecimento efetuado em relação à obra de outro intelectual que tratou, com rigor e primor, da influência da colonização ibérica neste país, ou seja, Raymundo Faoro. A bem da verdade, Faoro só é citado, quase que acidentalmente, na contextualização sobre o final da Ditadura Militar, ao se afirmar que ele era presidente da OAB (p. 166). Apenas isto! Se “*Raízes do Brasil*” (1936), obra principal de Holanda, é um ponto de reflexão sobre a constituição do Brasil enquanto nação, não menos importante é “*Os donos do poder*” (1958), obra volumosa e acurada sobre a formação do patronato brasileiro e que aprofundou a inserção de uma interpretação weberiana que ainda engatinhava por aqui. É certo que Lamounier não enseja, em seu livro, dissecar todos os pontos no que diz respeito a esta temática, mas esta omissão, certamente, deve ser levada em consideração.

Outro ponto que é digno de nota, e que o autor poderia ter refletido, é se não há, no final das contas, uma sobrevalorização da influência dos “intelectuais” nos processos destacados em “*Tribunos, profetas e sacerdotes*” e que apontamos aqui. De algum modo, há um certo tom nostálgico sobre um tempo remoto onde estes atores tomavam a dianteira nos processos de mudança sócio-política. Isto desemboca em outro paralelo: Bolívar Lamounier disserta, com certa insistência, sobre os perigos dos componentes antiliberais expressos por parcelas da *intelligentsia* ou de intelectuais contemporâneos, segundo ele, capazes de alimentar alguns “ovos de serpente” que podem atentar contra a democracia representativa. Não se nega que isso seja possível,

mas seria este, realmente, o vetor explicativo? Este é um questionamento que permanece quando finda a leitura da obra.

Dito tudo o que foi posto até aqui, o que se extrai é: “*Tribunos, profetas e sacerdotes*”, este empreendimento louvável do cientista político Bolívar Lamounier, merece ser lido atentamente, dos agradecimentos ao índice remissivo, porque, sem sombra de dúvidas, é uma obra memorável e que nos instiga a sair do lugar comum, fazendo pensar e questionar o que é posto no avançar de suas páginas. Trata-se, pois, da consolidação do intelectual Bolívar Lamounier na trilha dos tribunos, algo já previsível para quem observa sua trajetória acadêmica, e que encontra na referida obra uma de suas máximas expressões!

Referências

- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1998.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- POLSNER, Richard A. *Public Intellectuals: a study of decline*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Heidegger – um mestre na Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Cláudio Gonçalves Couto é mestre e doutor em Ciência Política pela USP, é professor adjunto do Departamento de Gestão Pública da FGV-EAESP, pesquisador do CNPq e Secretário Executivo da ANPOCS para o biênio 2014-2016. Colabora eventualmente como colunista ou articulista para diversos veículos de imprensa como os jornais *Valor Econômico*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e a revista *Carta Capital*, dentre outros.

Cláudio Luis de Camargo Penteado possui mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do ABC, atuando nos programas de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais e Energia da UFABC.

Denise Hideko Goya é doutora e mestre em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo. Tem pesquisado modelos alternativos de criptografia de chave pública, em especial os modelos sem certificado e baseado em identidade. Tópicos de interesse: segurança demonstrável, criptografia baseada em curvas elípticas/hiperelípticas, emparelhamentos bilineares, criptografia pós-quântica, infraestrutura de chaves públicas.

Emerson Urizzi Cervi possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. É professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais, da pós-graduação em Ciência Política e da pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná.

Fábio Wanderley Reis tem pós-graduação em Sociologia pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Santiago do Chile e mestrado e doutorado em Ciência Política pela Harvard University. Atualmente é professor emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Recebeu o prêmio de "melhor obra científica" por Política e Racionalidade: Problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política e é Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico.

Fabrizio Olivetti de França é Engenheiro Eletricista pela Universidade Católica de Santos, mestre e doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente trabalha como professor e pesquisador da Universidade Federal do ABC. Faz parte do corpo editorial do International Journal of Natural Computing Research, publicado pela IGI-Global.

Roberto Oliveira Rocha é mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe e mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é membro do grupo de pesquisa multidisciplinar Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Octaviano Moya Delgado é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidad Autónoma Metropolitana, México. Possui especialidade em estudos eleitorais pela Universidad Autónoma de Sinaloa, México. É coordenador da área educativa e instrutor do Instituto Nacional de Formación Política do Comité Ejecutivo Nacional do Partido de la Revolución Democrática desde março de 2003.